



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA



DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO

A SITUAÇÃO E O NÍVEL DESPORTIVO DO FUTEBOL E FUTSAL FEMININO EM PORTUGAL

**DISSERTAÇÃO ELABORADA COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM
GESTÃO DO DESPORTO – ORGANIZAÇÕES DESPORTIVAS**

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR GUSTAVO MANUEL VAZ DA SILVA PIRES

JÚRI:

PRESIDENTE

PROFESSOR DOUTOR GUSTAVO MANUEL VAZ DA SILVA PIRES

VOGAIS

PROFESSOR DOUTOR CARLOS JORGE PINHEIRO COLAÇO

PROFESSORA DOUTORA MARIA MANUELA VASCONCELOS HASSE ALMEIDA E SILVA

PROFESSOR ALCIDES VIEIRA COSTA

MARIA MORAIS MARTINS

2013





AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado àqueles que contribuíram para que esta dissertação fosse concretizada e portanto deixo aqui o meu agradecimento sincero.

Em primeiro lugar, agradeço ao Prof. Dr. Gustavo Pires por ter aceite o meu convite e pela forma e competência com que orientou o meu trabalho. A sua orientação destacou-se não só pela utilidade das suas recomendações e críticas construtivas, mas também pela cordialidade e disponibilidade que sempre demonstrou. Estou igualmente grata pela liberdade de ação que me permitiu, sendo esta decisiva para que este trabalho contribuísse para o meu desenvolvimento pessoal.

Em segundo lugar, agradeço a todos os colaboradores do projeto “O Jogo das Raparigas” e, em especial, à Isabel Cruz pelo apoio que me deu desde o início da realização desta dissertação.

Agradeço também aos meus pais, avós e toda a minha família, que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

Por fim, agradeço aos meus amigos pelo incentivo e apoio constantes.



RESUMO

O desenvolvimento desportivo de uma modalidade obriga a um planeamento assente num conjunto de objetivos estratégicos.

A presente dissertação tem como objetivo o estudo do desenvolvimento do desporto patente na iniciação e formação feminina no futebol e futsal em Portugal, visando a descrição da situação desportiva, a explicação de qual política de desenvolvimento desportivo a ser seguida e a apresentação de medidas de desenvolvimento, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos para o futebol e futsal.

A análise da situação desportiva confirma a permanência dos obstáculos à participação das raparigas no futebol e no futsal, nomeadamente, nos escalões etários mais jovens, em que as raparigas representam apenas 0,7% das jogadoras inscritas nos escalões de formação. A dificuldade no acesso à prática é espelhada, claramente, através da taxa de feminização de praticantes inscritos na Federação Portuguesa de Futebol (4,2%), e da percentagem do total de clubes filiados que enquadram equipas femininas (15%).

De modo a garantir a iniciação da prática em idades mais precoces e a formação de forma continuada, a Federação Portuguesa de Futebol deve prosseguir uma política desportiva de base, aproveitando o potencial do Desporto Escolar. A implementação desta política implicará a concretização de diversas medidas, que deverão incidir na iniciação e formação feminina do futebol e futsal, na tentativa de obter a massificação da prática.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento – Planeamento – Mulher – Iniciação – Futebol – Futsal



ABSTRACT

The development of a sports modality undertakes a planning based on a set of strategic objectives. The objective of the present dissertation is the study of development of sport applied to the reality of initiation and training in women football and futsal in Portugal. This study intends to describe the sports situation of football and futsal, to explain which sport development policy should be followed and to present development measures, taking into account the strategic objectives established for football and futsal.

The sport's situation analysis confirms the presence of barriers that harm the participation of girls in football and futsal, in particular at younger scales, in which girls represent only 0.7% of the total of young players. The difficulties of girls to access practice are also verified through the low rate of 4,2% of women enrolled in Portuguese Football Federation and through the observation that only 15% of the total of affiliated clubs has women's teams.

To ensure the initiation of practice in early ages and the continuing formation The Portuguese Football Federation should pursue a sports policy of base, taking advantage of the school sport's potential. The implementation of a base policy leads to various measures that should focus on female initiation and training of football and futsal in attempt to obtain the practice massification.

KEY WORDS

Development – Planning – Woman – Initiation – Football – Futsal



ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	II
RESUMO.....	III
ABSTRACT	IV
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	1
1.2 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS.....	2
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	2
2. DESENVOLVIMENTO.....	4
2.1 FATORES DE DESENVOLVIMENTO.....	4
2.2 SITUAÇÃO DESPORTIVA	5
2.3 NÍVEL DESPORTIVO	6
2.4 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO.....	7
2.4.1 POLÍTICAS DE ELITE.....	9
2.4.2 POLÍTICAS DE BASE	9
3. PLANEAMENTO	11
3.1 ESTRATÉGIA	11
3.2 TIPOS DE PLANEAMENTO	14
3.2.1 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO.....	14
3.2.2 PLANEAMENTO TÁTICO.....	15
3.2.3 PLANEAMENTO OPERACIONAL	16
4. A MULHER E O DESPORTO.....	18
4.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL E DO FUTSAL.....	18
4.1.1 REVISÃO HISTÓRICA.....	18
4.2 ENQUADRAMENTO DO FUTEBOL E FUTSAL NO DESPORTO FEMININO E NA PROBLEMÁTICA ENVOLVENTE	22
4.3 IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A PREPARAÇÃO DA ELITE NO FUTEBOL E FUTSAL ²⁴	
5. METODOLOGIA.....	28



6.	SITUAÇÃO EXTRA-DESPORTIVA	29
6.1	EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA.....	29
6.2	POPULAÇÃO TOTAL.....	31
6.2.1	POPULAÇÃO ESCOLAR	32
6.3	SITUAÇÃO ECONÓMICA.....	33
6.3.1	ECONOMIA E DESPORTO	33
7.	SITUAÇÃO DESPORTIVA	35
7.1	TAXA DE PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA	35
7.1.1	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO FUTEBOL E FUTSAL.....	36
7.2	ORGÂNICA	36
7.3	RECURSOS HUMANOS	37
7.3.1	ATLETAS FEDERADOS	37
7.3.1.1	DADOS GERAIS.....	37
7.3.1.2	EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA FEDERADA (2001-2010).....	41
7.3.2	ATLETAS DO DESPORTO ESCOLAR.....	46
7.3.3	ANÁLISE DA PRÁTICA DESPORTIVA FEDERADA EM DETALHE (ÉPOCA 2010/2011)...	51
7.4	RECURSOS FINANCEIROS DA FPF	59
7.5	FATORES CULTURAIS	61
7.6	ATIVIDADES	65
8.	NÍVEL DESPORTIVO	66
9.	DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL E FUTSAL FEMININO	68
9.1	POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O FUTEBOL E FUTSAL FEMININO... 70	
9.1.1.	PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A INICIAÇÃO E FORMAÇÃO	70
9.2	MINIFUT – MODELO DE INICIAÇÃO NAS ESCOLAS	76
10.	CONCLUSÕES	78
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	85	

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Figura 40 – Nível desportivo – distância em valores relativos.....	7
Gráfico 2 – Gap estratégico	12
Gráfico 3 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol (2010)	38
Gráfico 4 - Número de mulheres e homens inscritas(os) nos escalões Até Júnior e Júnior+Sénior na Federação Portuguesa de Futebol (2010).....	39
Gráfico 5 - Número de mulheres e homens inscritas(os) em 5 federações de desportos coletivos (2010)	40
Gráfico 6 - Número de mulheres inscritas em 4 federações: Futebol, Ginástica, Natação e Atletismo (2010)	40
Gráfico 7 - Percentagem de mulheres inscritas na Federação Portuguesa de Futebol, por escalão competitivo (2010)	41
Gráfico 8 - Número de mulheres inscritas, em cada escalão etário (Até Júnior e Júnior+Sénior), em 5 federações de desportos coletivos (2010).....	41
Gráfico 9 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol, em cada escalão etário (Até Júnior e Júnior+Sénior), entre 2001 e 2010.....	42
Gráfico 10 - Taxas de feminização na Federação Portuguesa de Futebol por escalão etário, entre 2001 e 2010	42
Gráfico 11 - Taxas de crescimento do número de mulheres inscritas em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010	43
Gráfico 12 - Número de mulheres inscritas, nos escalões Até Júnior em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010	43
Gráfico 13 - Número de mulheres inscritas, nos escalões Júnior+Sénior em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010	44
Gráfico 14 - Taxas de feminização em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010	44
Gráfico 15 - Número de clubes inscritos em 5 federações de desportos coletivas, entre 2001 e 2010.....	45
Gráfico 16 - Número de inscrições de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011)	46



Gráfico 17 - Número de inscrições de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar, por escalão etário (ano letivo 2010/2011).....	47
Gráfico 18 - Número de inscrições, na modalidade de Futsal, de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).....	48
Gráfico 19 - Número de inscrições, de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar na modalidade de Futsal, por escalão etário (ano letivo 2010/2011)	48
Gráfico 20 - Taxa de feminização, na modalidade de Futsal, por escalão etário, no Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).....	50
Gráfico 21 - Número de inscrições de rapazes e raparigas nas 5 modalidades com maior número de inscrições, no Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).....	50
Gráfico 22 - Número de inscrições de rapazes e raparigas nas modalidades coletivas, no Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).....	51
Gráfico 23 - Número de mulheres e homens inscritos na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade	52
Gráfico 24 - Taxa de feminização na Federação Portuguesa de Futebol por modalidade, na época de 2010/2011	53
Gráfico 25 - Número de mulheres inscritas na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade e escalão etário	53
Gráfico 26 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade, nos escalões Até Júnior.....	54
Gráfico 27 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade, nos escalões Sénior+Júnior	54
Gráfico 28 - Número de mulheres inscritas na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, no escalão Júnior, mas de acordo com a divisão feita para os praticantes da mesma idade masculinos.....	55
Gráfico 29 - Número de equipas Seniores de Futsal inscritas por distrito, na época de 2010/2011	56
Gráfico 30 - Número de equipas Juniores de Futsal inscritas distrito, na época de 2010/2011 ..	56
Gráfico 31 - Número de equipas de Futebol 11 inscritas por distrito, na época de 2010/2011 ...	57
Gráfico 32 - Número de equipas Seniores de Futebol 7 inscritas por distrito, na época de 2010/2011.....	58

Gráfico 33 - Número de equipas Juniores de Futebol 7 inscritas por distrito, na época de 2010/2011.....	58
Gráfico 34 - Nível desportivo - distância	67

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de decisão estratégica SWOT	13
Quadro 2 - Vantagem competitiva	13
Quadro 3 - Planeamento Estratégico.....	15
Quadro 4 - Planeamento Tático.....	16
Quadro 5 - Planeamento Operacional.....	17
Quadro 6 - Quadro – Fases de Desenvolvimento do atleta.....	25
Quadro 7 - Caracterização geral das fases da preparação desportiva	27
Quadro 8 - Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade em Portugal, entre 2001 e 2009	30
Quadro 9 - Evolução da Situação Demográfica em Portugal, entre 2001 e 2009.....	31
Quadro 10 - População residente em Portugal, por Sexo e Grupo etário, em 2010	31
Quadro 11 - Alunos matriculados segundo o nível de ensino ministrado.....	32
Quadro 12 - Despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto	34
Quadro 13 - Financiamento do IDP às federações desportivas por projetos (2010).....	34
Quadro 14 - Taxas de participação desportiva	36
Quadro 15 - Intervalos etários dos escalões competitivos da Federação Portuguesa de Futebol	38
Quadro 16 - Comparação dos intervalos etários dos escalões competitivos entre o Desporto Escolar e a Federação Portuguesa de Futebol	49
Quadro 17 - Relação das idades, por modalidade, das 1.976 praticantes inscritas como Juniores (2010/2011).....	55
Quadro 18 - Demonstrações de Resultados épocas 2006/2007 e 2010/2011	59
Quadro 19 - Subsídios à Exploração (épocas 2006/2007 e 2010/2011)	60
Quadro 20 - Custos suportados pela FPF na organização de atividades desportivas	60
Quadro 21 - Praticantes de Base e de Elite	67



LISTA DE ABREVIATURAS

- ADF** - Associações Distritais de Futebol
- AEC** - Atividades de Enriquecimento Curricular
- APMD** - Associação Portuguesa de Mulheres e Desporto
- COP** - Comité Olímpico de Portugal
- DE** - Desporto Escolar
- EUA** - Estados Unidos da América
- FIFA** - *Fédération Internationale de Football Association*
- FPF** - Federação Portuguesa de Futebol
- GCDE** - Gabinete Coordenador do Desporto Escolar
- IDP** - Instituto do Desporto de Portugal
- INE** - Instituto Nacional de Estatística
- PIB** - Produto Interno Bruto
- POPH** - Programa Operacional do Potencial Humano
- SLB** - Sport Lisboa e Benfica
- SWOT** - *Strengths, Weakness, Opportunities, Threats*
- UE** - União Europeia
- UPF** - União Portuguesa de Futebol



1. INTRODUÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O desenvolvimento desportivo é um processo pensado, planeado e estrategicamente conduzido, perspetivando uma evolução em direção ao desejado, apenas podendo ser alcançado se existir um planeamento previamente definido.

O processo de planeamento deve ter em conta a análise de diversos elementos que condicionam os seus objetivos, e, conseqüentemente, o desenvolvimento desportivo, sendo crucial a existência de um plano estratégico para a definição da linha de ação das organizações.

Esta dissertação recai precisamente sobre a ausência de uma análise da situação desportiva atual e a inexistência de um planeamento para o desenvolvimento da prática feminina de futebol e futsal.

Na última década, tem-se assistido ao crescimento do número de atletas federadas nas modalidades de futebol e futsal, apesar da inexistência de um processo formal de planeamento. Tal facto, associado aos fatores culturais patentes na nossa sociedade (modalidades historicamente ligadas à prática masculina), contribui para a reduzida percentagem de atletas federadas e para o número insignificante de raparigas inscritas nos escalões de formação.

Na realidade, apesar da falta de praticantes nos escalões de formação, denota-se um crescimento no número de atletas e clubes com prática feminina de futebol e futsal. Contudo, esse crescimento não foi acompanhado, principalmente no futsal, pelo aparecimento e reformulação de provas que correspondessem às carências realmente existentes.

A relevância e pertinência desta dissertação surge atendendo à necessidade de se definir e adotar medidas que consigam solucionar quer a lacuna ao nível da formação, quer a desadequação dos quadros competitivos.



1.2 DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

A definição de objetivos claros é uma tarefa essencial na elaboração de uma dissertação, assim sendo, os principais objetivos deste estudo são:

1. Analisar a situação desportiva do futebol e futsal feminino em Portugal;
2. Definir uma política de desenvolvimento para a prática feminina das modalidades em análise;
3. Propor um plano de estratégico, através da definição de objetivos estratégicos e de um programa estruturado com medidas concretas de desenvolvimento para a iniciação e formação feminina no futebol e futsal.

Perante a atual inexistência de planeamento para o desenvolvimento da prática feminina de futebol e futsal, pretende-se que esta dissertação seja integrada no processo geral de planificação da Federação Portuguesa de Futebol.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No primeiro capítulo, Introdução, procura-se apresentar o problema que levou à realização desta dissertação, justificando a importância e o interesse da mesma.

O segundo e terceiro capítulos, Desenvolvimento e Planeamento, consistem num enquadramento teórico de modo a contextualizar o tema e os objetivos. No capítulo do Desenvolvimento caracterizamos os fatores de desenvolvimento, a situação desportiva e o nível desportivo. Ainda neste capítulo abordamos as diferentes políticas de desenvolvimento desportivo a serem prosseguidas. No terceiro capítulo, Planeamento, apresenta-se a sua definição, os diversos tipos existentes e evidencia-se, também, a questão da estratégia.

No quarto capítulo, Mulher e o Desporto, começamos por elaborar uma breve revisão histórica sobre o percurso do futebol e do futsal até ao presente, abordando de seguida a evolução da participação da mulher enquanto desportista. Por fim, é evidenciada a importância da iniciação e formação para a preparação da elite no futebol e futsal.



DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO
A SITUAÇÃO E O NÍVEL DESPORTIVO DO FUTEBOL E
FUTSAL FEMININO EM PORTUGAL

MARIA MORAIS MARTINS



No quinto capítulo, apresenta-se a Metodologia descrevem-se os métodos e procedimentos utilizados no estudo.

No sexto capítulo, Situação Extra-Desportiva, abordam-se os elementos extra-desportivos que condicionam o mundo do desporto, como a evolução demográfica, a população residente e a situação financeira.

No sétimo capítulo, Situação Desportiva, trata-se da orgânica, dos recursos humanos, financeiros, dos fatores culturais e das atividades diretamente relacionadas com a prática feminina de futebol e futsal.

No capítulo oito, Nível Desportivo, determina-se o nível desportivo da prática feminina de futebol e futsal.

No nono capítulo, Desenvolvimento do Futebol e Futsal feminino, apresenta-se a política de desenvolvimento desportivo que deve ser definida para estas modalidades, as propostas de desenvolvimento para a iniciação e formação feminina e o modelo de iniciação na escola.

No décimo capítulo são apresentadas as Conclusões do trabalho.

2. DESENVOLVIMENTO

O Desenvolvimento é um conceito de ordem quantitativa e qualitativa, que se baseia na melhoria das condições de vida e na satisfação das necessidades do Homem. Segundo Simões Lopes (1986, citado por Pires, 2007, pp. 218), o Crescimento, tendo uma dimensão unicamente quantitativa, é uma condição necessária ao processo de desenvolvimento mas não suficiente, uma vez que o desenvolvimento pressupõe a criação de maiores ou novos desequilíbrios. Assim, o Desenvolvimento deve representar uma ideia de mudança social. (Pires, 2007)

O desporto sendo um fator de educação e cultura deve estar integrado no processo de desenvolvimento económico e social do país. Neste sentido, o Desenvolvimento do desporto deve ser tido em conta no quadro do processo de desenvolvimento social.

2.1 FATORES DE DESENVOLVIMENTO

O autor Pires (2007) afirma que “os fatores de desenvolvimento do desporto são operadores de mudança e de progresso que têm por objetivo promover o desenvolvimento do desporto”. Os fatores de desenvolvimento pretendem modificar uma dada situação desportiva noutra que seja qualitativamente melhor. Segundo Cunha (2003), os fatores de desenvolvimento são instrumentos fulcrais para a definição, desenvolvimento e avaliação das políticas desportivas.

De acordo com Pires (2007), são os doze fatores de desenvolvimento do desporto:

1. Orgânica – os organismos nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais que configuram, enquadram e fomentam o processo de desenvolvimento desportivo;
2. Atividades – ações de diversas modalidades desportivas;
3. Marketing – aplicado ao desporto, é o conjunto de técnicas que procura divulgar e fomentar a prática desportiva, satisfazendo as necessidades da população através da utilização mínima de recursos;
4. Formação – processo de aquisição ativa de conhecimentos, o que se traduz numa valorização técnica e humana dos participantes no processo desportivo;

5. Documentação – conjunto de produção literária de natureza desportiva;
6. Informação – engloba os mecanismos de transmissão de conteúdo de interesse desportivo pelos intervenientes que representam o processo desportivo;
7. Instalações – inclui as infra-estruturas necessárias à prática desportiva. As instalações englobam as áreas de prática desportiva como as unidades de apoio a esta (balneários, arrecadações, etc.);
8. Apetrechamento – engloba todo o equipamento necessário para a prática desportiva;
9. Quadros Humanos – indivíduos que participam no processo de desenvolvimento desportivo (praticantes, técnicos, dirigente, espectadores, etc.);
10. Financiamento – mecanismos que as organizações desportivas utilizam para obter os recursos financeiros fundamentais para a sua atividade;
11. Normativo – conjunto de legislação que envolve o sistema desportivo;
12. Gestão – conjunto de funções que levam as organizações a cumprir a sua missão.

Todos estes fatores combinados entre si vão dar origem a programas e projetos de desenvolvimento que visam a mudança e o progresso do desporto.

2.2 SITUAÇÃO DESPORTIVA

Na gestão do desporto, a situação desportiva é um dos conceitos-base permitindo conhecer, analisar e compreender a realidade de um dado contexto desportivo num determinado momento. O diagnóstico da situação desportiva é feito através da identificação dos seus elementos desportivos, paradesportivos e extra-desportivos, que servem de base para a tomada de decisão relativamente às políticas e projetos a implementar (Pires, 2007). Os elementos desportivos são objeto de políticas desportivas, que podem resultar na melhoria da situação desportiva, já os elementos para e extra-desportivos funcionam como elementos de suporte e condicionantes da prática desportiva, e que devem ser incluídos no processo de planeamento.

O apuramento da situação desportiva é feito através do levantamento de dados do país, de uma federação ou de uma modalidade desportiva. Após o levantamento dos dados, o seu tratamento é de extrema importância para a obtenção de informações que irão dar origem ao

processo de planeamento. Assim, a situação desportiva deve permitir a qualquer organização desportiva responder a três questões:¹

1. Aonde é que se encontra?
2. Para onde é que quer ir?
3. Como é que pode ou deseja lá chegar?

Segundo Castejon Paz (1973, citado por Pires, 2007, pp. 160), a situação desportiva é a fotografia de uma organização num dado momento. Para além da visão analítica, ou seja, da identificação e contabilização dos elementos, a situação desportiva também representa uma visão funcional, através do diagnóstico de uma realidade desportiva (cálculo de alguns rácios, como a taxa de participação ou a taxa de intensidade).

2.3 NÍVEL DESPORTIVO

O desenvolvimento do nível desportivo é alcançado através de projetos que combinam entre si os fatores de desenvolvimento e que tendem a desenvolver os vários elementos da situação desportiva. Segundo Castejon Paz (1979, citado por Pires, 2007, pp. 236) o nível desportivo é um índice que possibilita ter uma visão global do mundo do desporto, através de uma relação expressa pela razão entre o número de praticantes de base e o número de praticantes de elite.

Para Pires (2007), os objetivos do nível desportivo são²:

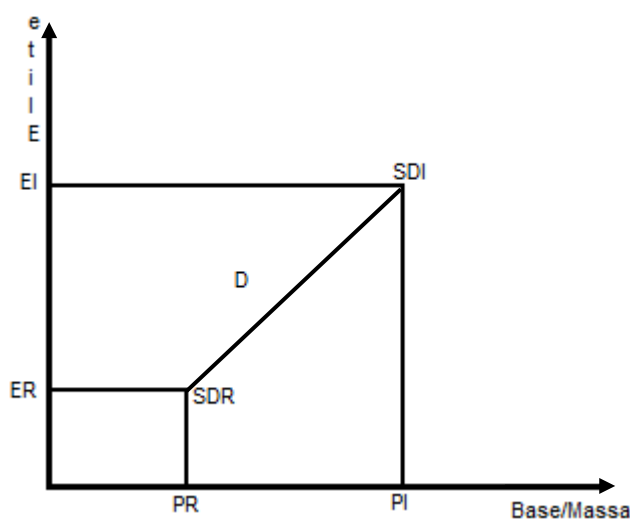
1. Visão estratégica de conjunto no que se refere à relação entre a prática desportiva generalizada e a elite de praticantes;
2. Coordenação eficaz entre as diferentes categorias de objetivos, não reduzindo o fenómeno desportivo à relação massa-elite;
3. Comparação entre diferentes políticas desportivas, através da possibilidade de referenciar o nível desportivo em termos relativos e permitindo, assim, a definição de objetivos de médio e longo prazos;

¹ Retirado de Pires (2007:159).

² Retirado de Pires (2007:236).

4. Integração da política de desenvolvimento do desporto na política de desenvolvimento global, ou seja, um bom nível desportivo pode significar um bom sistema educativo ou uma boa utilização dos tempos livres por parte da população.

O cálculo do nível desportivo é obtido através da determinação da distância entre a situação desportiva real e a situação desportiva ideal. Pires (2007) distingue estes dois conceitos, sendo a situação desportiva real a que contabiliza uma certa realidade desportiva num dado momento, e a situação desportiva ideal corresponde à situação desejável para outro dado momento. Por convenção, a relação ideal entre elite e massa é de 4/10.000 a 15/10.000, ou seja, para dez mil praticantes de base, a elite correspondente é de 4 a 15 atletas. Neste sentido, quanto maior for a distância entre a situação desportiva real e ideal, menor será o nível desportivo, na medida em que a situação real estará mais longe da situação ideal³.



Legenda: D – Distância; ER – Elite real; EI – Elite ideal; PR – Praticantes reais; PI – Praticantes ideais

Fonte: Pires (2007:237)

Gráfico 1 – Nível desportivo – distância.

2.4 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

As atividades físicas e desportivas são uma necessidade e um direito de todos os cidadãos, não podendo ser dispensadas de estarem incluídas e de serem consideradas em

³ Pires (2007, citado por Costa, 2004, pp. 78).



qualquer projeto de desenvolvimento sociocultural corretamente concebido. A promoção e desenvolvimento das atividades físicas e desportivas é uma exigência do desenvolvimento, contribuindo significativamente para este (Coelho, 1985, pp. 17).

O desenvolvimento desportivo é um processo global, indissociável do crescimento desportivo e que supõe transformações mentais, materiais, culturais e sociais no âmbito do território das pessoas e das relações que entre eles se estabelece no meio envolvente à prática desportiva (Martins, 2004, pp. 21). Porém, a principal característica do desporto português é a total ausência de coordenação e unidade entre as diferentes instituições oficiais e privadas ligadas ao fenómeno desportivo. Sem coordenação não é possível fazer o diagnóstico das situações, equacionar possíveis soluções, dimensionar recursos e planear a sua aplicação, estabelecer prioridades e opções, e elaborar planos a curto, médio e longo prazo. É necessário um projeto global de desenvolvimento, coordenando e integrando todas as áreas da prática desportiva e apontando para objetivos concretizáveis. O progresso do nosso desporto e a elevação do nível da nossa alta competição exigem um processo de desenvolvimento desportivo global e coerente (Coelho, 1985, pp. 19-20).

As políticas de desenvolvimento desportivo devem orientar a utilização dos recursos, de forma a cumprir os objetivos de formação de elites ou de aumento do número de praticantes de base. O que determina que políticas seguir é a relação massa-elite, apesar do objetivo final ser o aumento do número de praticantes e do seu nível desportivo. Para Cunha (2003), os resultados das políticas podem ser semelhantes, uma vez que a formação de elites vai provocar o aparecimento de novos praticantes que se reveem nos atletas de alta competição, e as políticas de base procuram um grande crescimento do número de praticantes, que provocam progressivamente a melhoria dos resultados desportivos e o aparecimento de melhores atletas. Porém, segundo Pires (2007), a lei dos rendimentos decrescentes estabelece uma relação lógica entre a massa e a elite, dizendo que para “uma massa de praticantes constantes, ao investir-se nos praticantes de elite, a partir de um dado momento, obtém-se uma produção adicional de atletas de elite cada vez menor”. Isto significa que a partir de determinado ponto (ponto de inflexão), a formação de atletas de elite começa a ter custos cada vez mais elevados, devendo-se nesta altura promover políticas desportivas para a promoção da massa (Pires, 2007).



2.4.1 POLÍTICAS DE ELITE

Para Cunha (2003), as políticas de elite visam o surgimento de alguns atletas de alto nível. Esta é uma política dirigida para o rendimento, o espetáculo e o profissionalismo precoce, sendo grande parte dos recursos financeiros canalizados para este propósito. A política de elite envolve investimentos avultados, necessários para prestação de alto rendimento. Devido à diminuição e, por vezes, à ausência dos apoios estatais, o desporto de elite procura obter outras formas de financiamento, como os patrocínios. A manutenção do investimento por parte de um patrocinador depende maioritariamente do rendimento expectável por parte dos atletas ou das organizações desportivas.

Um dos meios mais utilizados para a promoção e orientação da alta competição é a deteção de talentos. Normalmente a captação/seleção dos que apresentam mais competências é realizada através da organização de torneios. Após a captação dos mais capazes, estes irão desenvolver as suas capacidades durante a fase de formação e especialização.

2.4.2 POLÍTICAS DE BASE

As políticas de base visam a criação de oportunidades para a prática desportiva generalizada, tendo em vista a obtenção de uma taxa de participação desportiva aceitável. Perante este tipo de políticas, o desporto é um instrumento para a promoção de estilos de vida ativos e para a iniciação e formação de base. Neste contexto, as políticas de base pretendem promover um vasto leque de atividades desportivas, tendo por base o princípio da não exclusão social, e assim tentarem corresponder às expectativas da população ⁴.

Segundo Araújo (2001, citado por Costa, 2007, pp. 78), a interação entre os diversos subsistemas desportivos é fundamental para o sucesso de um plano de desenvolvimento do desporto. O autor destaca a importância do Desporto Escolar (DE), enquanto base para a formação e evolução de várias modalidades. Outro ponto importante é a criação de incentivos para os clubes que promovem a prática desportiva na sua base, em vez do desporto de alto

⁴ Cunha (2003, citado por Costa, 2004, pp. 84).

rendimento. Por fim, Araújo destaca a necessidade de formação de quadros humanos, como técnicos e dirigentes.

Cunha (2003) também considera que as políticas de desenvolvimento desportivo devem prever a integração de todos os setores do desporto servindo para o aumento da possibilidade de participação desportiva da população.

As políticas de base pressupõem a oferta de várias oportunidades para a prática desportiva. Para Cunha (2003) os setores desportivos existentes são:

1. Setor Federado;
2. Setor Escolar;
3. Setor Militar;
4. Setor do Trabalho – INATEL;
5. Setor Universitário;
6. Setor do Turismo;
7. Setor do desporto para populações especiais;
8. Setor Autárquico;
9. Setor Prisional.

A integração e dinamização dos setores é fundamental para a melhoria do nível de satisfação das populações. Cunha (2003, pp. 32), questiona o papel desempenhado pelos clubes desportivos na promoção da prática desportiva:

“ Entendemos que os clubes desportivos oriundos do sector federado não têm uma cultura desportiva tendente à valorização das práticas desportivas para todos mas, ao contrário, privilegiam o espectáculo desportivo. (...) São abandonadas as vocações de prestação de serviços desportivos à comunidade por parte da colectividade. (...) São assim esquecidos os direitos e as motivações daqueles que querem rever e participar nas práticas desportivas, que querem aceder pela vivência, à cultura universal de que o desporto faz parte, que querem ter acesso aos espaços, às actividades desportivas, que desejam também o sabor da vitória, mas à sua medida. “

3. PLANEAMENTO

O planeamento é a definição antecipada de um conjunto de ações ou intenções. Segundo Pires (2007), o planeamento é o processo através do qual pretende organizar o futuro, estabelecendo objetivos e implementando as estratégias necessárias para os alcançar, tendo em conta o ambiente interno e externo da organização.

O planeamento procura dar resposta de forma clara e precisa às seguintes questões:

- **“Onde estamos?”** – é necessário analisar o ambiente externo e prever a sua evolução futura de modo a determinar as ameaças e oportunidades que a organização pode enfrentar. De igual forma deve ser feita uma análise interna, avaliando as forças, as fraquezas e a sua posição competitiva. A resposta a esta questão vai possibilitar a definição dos objetivos organizacionais e fornecerá informações para o desenvolvimento das estratégias de atuação.
- **“Para onde queremos ir?”** – significa definir os objetivos que a organização pretende atingir, os quais deverão estar de acordo com a sua vocação e missão e enquadrados com a análise dos fatores internos e externos.
- **“Como lá chegar?”** – corresponde à escolha de estratégias para atingir os objetivos, à determinação dos recursos necessários e à descrição das medidas e ações a desenvolver que permitam o controlo dos resultados.

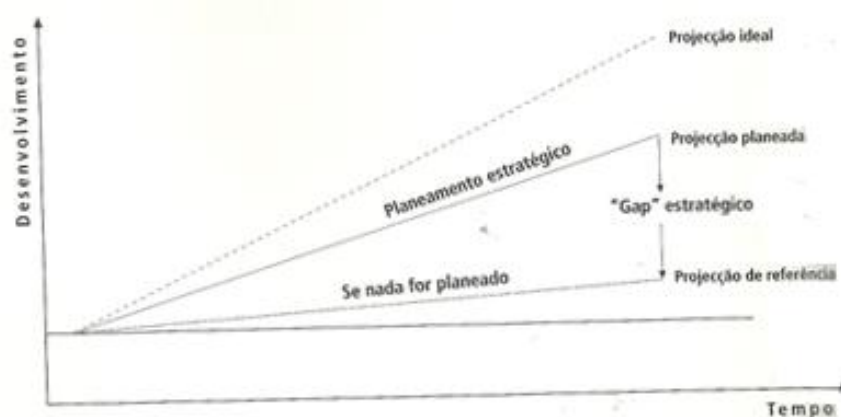
Atualmente, o planeamento é uma função essencial da gestão, na medida em que é indispensável para as organizações prepararem o futuro.

3.1 ESTRATÉGIA

O conceito de estratégia tem origem na Grécia, onde “strategos” é o general que conduz o exército à batalha com o objetivo de a ganhar através de uma estratégia.

Ao longo do século XX foram feitos vários estudos sobre estratégia. Para Chandler (1962, citado por Correia, 2000) a estratégia é a determinação das metas a longo prazo e dos objetivos da organização, e a afetação dos recursos necessários para atingir as metas. Mintzberg (1994,

citado por Pires, 2007, pp. 267) defende que a estratégia pode ter os seguintes conceitos: plan (plano); ploy (medida); pathern (modelo); position (posição); perspective (perspetiva). Segundo Pires (2007), estratégia é toda a decisão que pretende anular o desvio (gap estratégico) entre a projeção de inexistência de planeamento e a projeção planeada. As estratégias não são efetivadas apenas por planos deliberados, podem também surgir devido a ajustamentos que vão acontecendo em função das necessidades.



Fonte: Pires (2007:274)

Gráfico 2 – Gap estratégico.

De acordo com Costa (2004), a estratégia é uma forma de orientar os processos das organizações de forma a obter as soluções mais corretas, em função da adaptação da organização às exigências do ambiente circundante. Os aspetos externos e internos condicionam a gestão e condução das organizações para que atinjam os fins a que se propõem. Andrews (1965, citado por Correia, 2000) para além dos aspetos internos (forças e fraquezas), também considera necessária a identificação das ameaças e das oportunidades (análise externa) da organização. A determinação dos fatores internos e externos de uma organização é feita da análise SWOT (Quadro 1).

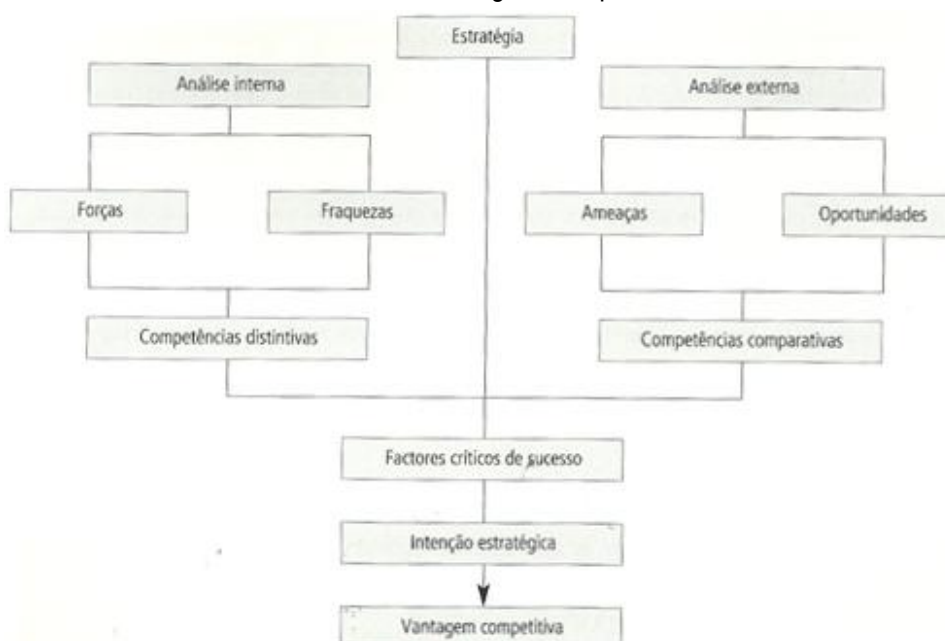
Quadro 1 – Matriz de decisão estratégica SWOT

Factores internos Factores externos		Forças internas (F)		Fraquezas internas (R)	
		1, 2, 3, 4, n		1, 2, 3, 4, n	
Oportunidades Externas (O)	1	Estratégia (FO)		Estratégia (RO)	
	2	1		1	
	3	2		2	
	4	3		3	
	n	4		4	
Ameaças externas (A)	1	Estratégia (FA)		Estratégia (RA)	
	2	1		1	
	3	2		2	
	4	3		3	
	n	4		4	

Fonte: Pires (2007:276)

O objetivo principal da idealização de uma estratégia é a obtenção de vantagem competitiva. A construção de uma vantagem competitiva é uma consequência da articulação das competências distintivas que decorrem da análise interna com as competências comparativas da análise externa (quadro 2). Da combinação entre as competências distintivas e comparativas resultam os fatores críticos de sucesso, que através da intenção estratégica da organização se podem tornar numa vantagem competitiva (Pires, 2007).

Quadro 2 – Vantagem competitiva



Fonte: Pires (2007:277)

3.2 TIPOS DE PLANEAMENTO

Atualmente, atendendo às constantes mudanças, o planeamento, mesmo que pouco formalizado, é essencial para a preparação e organização do futuro. Existem diferentes formas de planeamento de acordo com a posição de quem planeia. Independentemente do nível hierárquico, a preocupação passa pela partilha de valores e informações através de uma integração vertical, que promove a motivação, a eficácia das rotinas, as relações informais dando uma visão da organização aos seus elementos.

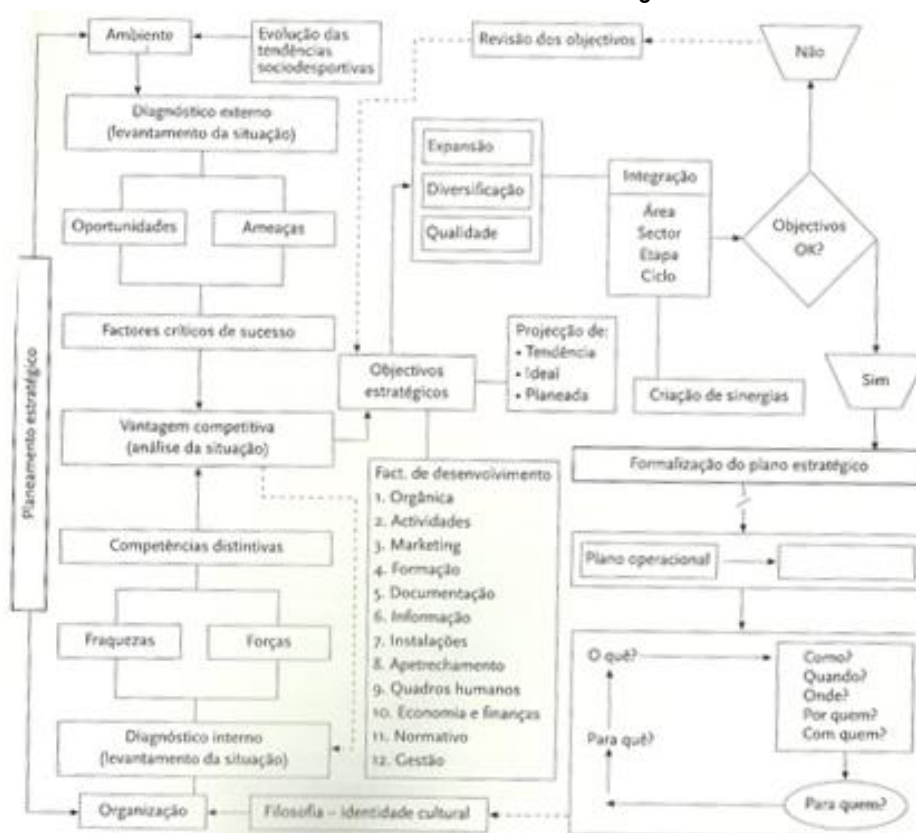
De seguida serão explicados os três tipos de planeamento enumerados por Pires (2007).

3.2.1 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO

O planeamento estratégico é um processo de longo prazo que permite identificar um conjunto de opções estratégicas e escolher aquelas que melhor cumprem os objetivos e a missão da organização de acordo com a sua vocação (Pires, 2007). O planeamento estratégico deve perseguir objetivos de estrutura, isto é, procurar mudanças conjunturais para atingir efeitos duradouros. Este tipo de planeamento é uma competência dos níveis hierárquicos superiores, no entanto, a comunicação, compreensão e participação das estruturas subordinadas deve estar garantida.

Segundo Pires (2007), o modelo de formalização do planeamento estratégico deve orientar-se pelo diagnóstico externo e interno. A análise da situação vai permitir determinar a vantagem competitiva da organização. Por sua vez, a vantagem competitiva, juntamente com os fatores de desenvolvimento significativos, vai determinar os objetivos estratégicos, que devem ter em conta a projeção de tendência e a projeção ideal. Após a determinação dos objetivos estratégicos importa decidir que estratégia deve ser adotada (expansão, diversificação, qualidade ou mista) e integrá-los nas diversas áreas, setores, etapas e ciclos do processo de desenvolvimento. A formalização do planeamento estratégico termina com a determinação dos programas e a afetação dos recursos disponíveis (Quadro 3).

Quadro 3 – Planeamento Estratégico



Fonte: Pires (2007:289)

3.2.2 PLANEAMENTO TÁTICO

O planeamento tático é executado por gestores de níveis inferiores, cumprindo os objetivos definidos pelos superiores hierárquicos. A este nível a decisão é feita com base em fatos, sendo explícito, rigoroso e sistemático. De acordo com Pires (2007, pp. 291), o planeamento tático tem por objetivo a afetação de recursos e o estabelecimento de sistemas de controlo necessários para levar a cabo as decisões realizadas a nível estratégico. Destina-se a determinar os tempos e os momentos e a afetar os recursos através dos quais vão ser atingidos os objetivos inicialmente previstos. O planeamento tático é realizado através de programas por fatores de desenvolvimento (Quadro 4).

Quadro 4 – Planeamento Tático

Fact. de desenvolvimento	Projectos											Total de programas
	1	2	3	4	5	6	7	n		
Programas												
Gestão												a, b, c,...
Orgânica												a, b, c,...
Recursos humanos												a, b, c,...
Marketing												a, b, c,...
Documentação												a, b, c,...
Informação												a, b, c,...
Apetrechamento												a, b, c,...
Instalações												a, b, c,...
Formação												a, b, c,...
Normativo												a, b, c,...
Economia e finanças												a, b, c,...
Actividades												a, b, c,...
Total de projectos	1...n	2...n	3...n	4...n	5...n	6...n	7...n	n...n		

Fonte: Pires (2007:291)

3.2.3 PLANEAMENTO OPERACIONAL

O planeamento operacional é um conjunto de planos que facilitam a realização das tarefas diárias da organização, ou seja, é a implementação e aplicação prática do planeamento definido pelo vértice estratégico da organização. Assim, para Pires (2007, pp. 292) o planeamento operacional caracteriza-se pelo desenvolvimento das atividades e tarefas que possibilitam a realização do trabalho quotidiano das organizações para que estas possam cumprir a sua missão e objetivos. O planeamento operacional traduz-se no conjunto de programas e projetos que vão ser desenvolvidos em cada ano (Quadro 5).

Quadro 5 – Planeamento Operacional

Fact. de desenvolvimento	Projectos											Total de programas
	1	2	3	4	5	6	7	n		
Programas												
Gestão												a, b, c, ...
Orgânica		O quê?									Como?	a, b, c, ...
Recursos humanos											Quando?	a, b, c, ...
Marketing											Onde?	a, b, c, ...
Documentação											Por quem?	a, b, c, ...
Informação											Com quem?	a, b, c, ...
Apetrechamento											Para quem?	a, b, c, ...
Instalações												a, b, c, ...
Formação												a, b, c, ...
Normativo												a, b, c, ...
Economia e finanças												a, b, c, ...
Actividades												a, b, c, ...
Total de projectos	1...n	2...n	3...n	4...n	5...n	6...n	7...n	n...n		

Fonte: Pires (2007:292)



4. A MULHER E O DESPORTO

4.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL E DO FUTSAL

4.1.1 REVISÃO HISTÓRICA

FUTEBOL⁵

Foi na segunda metade do século XIX, em Inglaterra, que surgiu o futebol nos moldes de hoje, verificando-se igualmente uma uniformização das regras e um combate aos excessos de violência e desorganização. Rapidamente se expandiu por todo o Reino Unido e pela Europa, sendo que, no início do século XX, já estava completamente enraizado na Europa e América do Sul.

O facto do Reino Unido ser uma potência a nível marítimo, económico e colonial entre os séculos XIX e XX, fez com que este fosse responsável pela expansão e regulação do futebol moderno. A primeira prova nacional criada foi a Taça de Inglaterra em 1871.

No final do século XIX, o aumento da competitividade e a crescente popularidade do futebol em todos os grupos sociais, fez com que as federações equacionassem a questão do profissionalismo. Depois de 1918, a profissionalização fez com que os britânicos deixassem de ser a única potência do futebol, havendo outros países europeus e sul-americanos com o mesmo poderio.

A criação de federações nacionais de futebol levou a que, em 21 de Maio de 1904, fosse criada a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), com a adesão da França, Suíça, Suécia, Bélgica, Dinamarca, Holanda e Espanha. Um ano depois (1905) seria o Reino Unido a aderir à FIFA, juntamente com a Alemanha, Itália, Áustria e Hungria. Nos anos seguintes o alargamento desta organização estendeu-se a países de todos os continentes.

Assim sendo, atendendo ao aumento do número de clubes e praticantes ocorreu uma progressiva organização da modalidade, tendo passado de um simples meio de exercício e diversão para o profissionalismo e o espetáculo.

⁵ Serrado, R. & Serra, P. (2010).

Em Portugal, começa a ser praticado entre 1875 e 1889, tendo sido disputado, em 1889, no Campo Pequeno, o primeiro jogo com os princípios essenciais do futebol. Tal como aconteceu no Reino Unido, o futebol começa a ser praticado pela classe aristocrática e posteriormente torna-se num desporto democrático e popular deixando de ser realizado apenas numa lógica de fortalecimento do corpo e da mente, e de pertença a uma classe social.

Em 1893 e 1894 verificou-se um grande desenvolvimento do futebol em Portugal, sendo os mesmos considerados como os anos impulsionadores da modalidade, uma vez que se disputaram quase três vezes mais jogos e triplicaram o número de equipas. Em Março de 1894 realizou-se a primeira competição nacional, a Cup do Rey, num jogo disputado entre as cidades de Lisboa e Porto.

Entre 1875 e 1900 ocorreu o período de introdução, adaptação e popularização, e o período entre 1900 e 1905 deu-se a fase final de adaptação. Assim, nos primeiros 35 anos de prática, o futebol é introduzido em Portugal, adapta-se, evolui, implementa-se e populariza-se.

Em Março de 1914, as três associações regionais então existentes (Lisboa, Portalegre e Porto) fundaram a União Portuguesa de Futebol (UPF). Numa primeira fase, a UPF organizou encontros entre as seleções de Lisboa e do Porto e apresentou a candidatura de Portugal à FIFA, que foi aceite no XII Congresso da FIFA em Maio de 1923. Portugal passa então a membro efetivo da FIFA. Na época de 1922, a UPF organizou o primeiro Campeonato de Portugal, vindo a mesma a ser substituída pela atual Federação Portuguesa de Futebol (FPF) no Congresso Extraordinário de 28 de Maio de 1926.

O futebol feminino foi introduzido em Portugal na década de 70 inicialmente em dois clubes, o Boavista e o União de Coimbra, que dominaram o panorama da modalidade por um largo período. O primeiro jogo disputado entre estas duas equipas realizou-se em Novembro de 1972.

Apesar da expansão já verificada no estrangeiro, em Portugal o crescimento do futebol feminino foi lento. Ainda assim, a proliferação de clubes com equipas de futebol feminino fez com as Associações Distritais promovessem campeonatos distritais. A Associação de Futebol do Porto foi a primeira a organizar um Campeonato Distrital na época de 1978/1979.

Na época de 1981/1982 foi criada a primeira seleção nacional de futebol feminino com o apoio da Federação Portuguesa de Futebol, no entanto, devido aos fracos resultados obtidos no



Europeu, a FPF decidiu desativar a seleção feminina tendo ficado inativa até 1993 por falta de verbas.

No final da temporada de 1984/1985, ainda de forma experimental, decorreu a primeira Taça Nacional de futebol feminino. Só na época 1993/1994 passa a haver a designação de Campeonato Nacional dividido por três zonas. Nesta altura, a falta de competitividade, a desigualdade entre as equipas presentes na 1ª fase e o apuramento dos dois primeiros classificados das três zonas para a fase final, deixando as restantes equipas numa longa inatividade, não favoreceu a promoção da modalidade.

Na época 2003/2004 surge a disputa da primeira Taça de Portugal e duas épocas depois (2005/2006) passam a existir os Campeonatos Nacionais da 1ª e 2ª divisões e os Campeonatos Distritais organizados pelas Associações de Futebol. Em 2009/2010, devido à criação de duas divisões e à existência de poucas equipas de futebol feminino, os Campeonatos Distritais terminaram, surgindo a necessidade de uma nova reformulação dos quadros competitivos, passando a haver apenas o Campeonato Nacional e o Campeonato de Promoção. As novas equipas de futebol feminino entram diretamente para o Campeonato de Promoção e disputam a subida ao Campeonato Nacional.

Apesar das sucessivas reformulações dos quadros competitivos e do progressivo aumento de mulheres praticantes (de 451 em 1990 para 886 em 1998/1999), o número de jogadoras de futebol em Portugal é quase residual em relação aos mais de 20 milhões de jogadoras inscritas na FIFA.

FUTSAL⁶

O aparecimento da modalidade, Futebol de Salão, deu-se no início da década de 1930, na América do Sul. Em 1989, a FIFA passa a ser o principal impulsionador do futebol de dimensões reduzidas, dando-se a nova e universal designação de Futsal. O surgimento do futsal em Portugal acontece na década de 80. Em 1985, a Associação de Futebol de Lisboa iniciou uma competição de âmbito distrital de "Futebol de 5", com regras muito aproximadas às do futebol de

⁶ Serrado, R. & Serra, P. (2010).

11. Em 1991 é fundada a Federação Portuguesa de Futsal, tendo esta sido integrada na Federação Portuguesa de Futebol em 1997.

Em 1990, ainda com a forma de futebol de cinco, a FPF cria a Taça Nacional, designada por Campeonato Nacional a partir de 1992/1993. Nesta década, as alterações nas regras de jogo promoveram o aumento da espetacularidade da modalidade e, conseqüentemente, o interesse dos seus praticantes e do público (Federação Portuguesa de Futebol, 2007). A Taça de Portugal foi criada em 1997 e no ano seguinte passam a existir três divisões nacionais.

A Seleção Nacional de Futsal realizou o seu primeiro encontro oficial a 9 de Fevereiro de 1987, na segunda edição do Torneio FIFA. Com nove jogos disputados em 1987 a que se seguiu um interregno competitivo de quase cinco anos, Portugal apenas voltaria a jogar ao mais alto nível em Abril de 1992, na fase de apuramento para o Campeonato do Mundo. No seu palmarés, a Seleção Nacional de Futsal detém um terceiro lugar no Campeonato do Mundo da Guatemala em 2000, e um segundo lugar no Campeonato de Europa da Hungria em 2010.

O futsal português entrou no século XXI a tentar afirmar-se como a segunda modalidade mais praticada e o desporto de pavilhão com maiores assistências. Um aspeto importante para a modalidade foi o aparecimento em 2001 da equipa masculina e em 2002 da equipa feminina do Sport Lisboa e Benfica (SLB), devido ao mediatismo e abundância de público que este clube envolve.

Atualmente, o Futsal é a modalidade indoor com mais praticantes em Portugal, tendo a sua evolução se expandido ao desporto escolar e ao desporto universitário. No ano letivo de 2001/02, o Futsal foi praticado por 1.050 equipas do desporto escolar, envolvendo cerca de 21 mil estudantes, sendo, claramente, a modalidade mais praticada. Em 2002, foi também a modalidade mais praticada no desporto universitário, com cerca de 5.450 atletas. O ano de 2007 constitui um importante marco no desenvolvimento da modalidade, não só devido ao início da transmissão televisiva, em canal aberto, dos jogos do Campeonato, Taça e Supertaça, dando à modalidade uma maior visibilidade mediática mas também por causa do investimento da Central de Cervejas na mesma, trazendo mais-valias para os clubes e para a própria organização do Futsal português (Federação Portuguesa de Futebol, 2007). Apesar da profissionalização de alguns jogadores, sobretudo os dos principais clubes, ainda não existem condições para a criação de uma liga profissional em Portugal.



Ao nível da prática feminina, foi só na época de 1986/1987 que se disputou o primeiro Campeonato Distrital da Associação de Futebol de Lisboa. Hoje em dia apenas nos distritos de Beja, Portalegre e na Região Autónoma da Madeira não se disputam Campeonatos Distritais de seniores femininos de Futsal. No que se refere aos escalões de Formação, o primeiro Campeonato Distrital de juniores femininos decorreu na época 1995/1996 e foi organizado pela AF Lisboa. A mesma Associação organizou o primeiro e único (até à data) Campeonato Distrital de juvenis femininos em 2007/2008.

Na época 1996/1997, a FPF organiza a primeira Taça Nacional e esta mesma instituição cria a Seleção Nacional A de futsal feminino em 1997. A Seleção Nacional esteve inativa entre 2004 e 2010. Em 2010 e 2011, a Seleção Nacional conquista o segundo e terceiro lugares no 1º e 2º Torneio Mundial de Seleções de Futsal feminino, respetivamente.

O Futsal está largamente implantado na sociedade portuguesa quer pelo número de praticantes, quer pela sua inclusão nos programas do ensino básico e secundário e também pela criação de opções de Futsal nos cursos de educação física e/ou desporto do ensino superior.

4.2 ENQUADRAMENTO DO FUTEBOL E FUTSAL NO DESPORTO FEMININO E NA PROBLEMÁTICA ENVOLVENTE

O acesso à prática desportiva é um direito de todos os cidadãos. Neste contexto, o desporto deixou de ser algo que estava reservado a determinados grupos sociais e passou a ser um fenómeno com carácter universal. Apesar do desporto e da atividade física serem reconhecidos como tendo um impacto positivo sobre a saúde e como sendo uma ferramenta para eliminar os estereótipos de género socialmente construídos, a incorporação da mulher no âmbito desportivo foi lenta e difícil. O afastamento da mulher, da prática desportiva, deveu-se não só a causas sociais, dada a posição frágil da mulher na sociedade e ao papel que esta lhe atribui, mas também a causas relacionadas com a própria natureza da atividade desportiva (Costa, 2004).

A mulher, com a alteração do seu papel social, começou a ser valorizada em termos de prática desportiva, o que levou ao surgimento de um número cada vez maior de atletas e de competições. O início da prática desportiva feminina foi conseguido com o esforço das primeiras grandes atletas, que demonstraram que a missão social da mulher não se limitava à maternidade e às tarefas domésticas. A imagem de fragilidade a que a mulher era associada passou para a ideia atual de aparência atlética. Porém, ainda persistem alguns valores culturais associados à prática desportiva feminina, como o do desporto masculinizar as mulheres (Costa, 2004).

No futebol e futsal feminino, as mulheres ainda enfrentam algumas barreiras (sociais, culturais políticas ou económicas). Para Lopiano (2004, citado por Costa, 2004, pp. 118), o impacto da mulher no desporto está a ser retardado pelos seguintes motivos:

- "a marginalização de atletas femininas e do desporto feminino nos meios de comunicação social;
- a ausência ou escassez de modalidades com Ligas femininas profissionais;
- a sub-representação das mulheres em carreiras profissionais ligadas ao desporto e especialmente em funções com cariz decisório."

A investigação de Souto (2000, citado por Costa, 2004, pp. 115) para além de revelar as barreiras que as mulheres enfrentam, também pretende incentivar a prática precoce destas modalidades, dando às raparigas as mesmas oportunidades dos rapazes. No estudo afirma-se que o interesse das raparigas para a prática do futebol e futsal feminino é cada vez maior e que a prática destas modalidades são um mercado a ser explorado por profissionais de educação física, na iniciação e no treino de jovens e adultas.

Segundo Watt (1998, citado por Costa, 2004, 117), a crescente participação feminina no desporto é uma tendência, especialmente em desportos de pavilhão. Este autor também aponta a evolução de modalidades desportivas, sem grandes exigências em termos do número de atletas necessários. Assim, o facto de o futsal exigir apenas cinco atletas por equipa pode constituir uma vantagem na evolução da modalidade em relação ao futebol feminino. Através dos dados da FPF verificamos que o número de atletas de futsal feminino ultrapassou o número de atletas de futebol feminino, a partir da época de 1997/98. Existem outros fatores que também podem justificar o facto de o futsal ser uma modalidade mais acessível, como os campos serem de menores dimensões e poderem ser utilizados para outras modalidades, e a proteção relativamente às condições climatéricas.

A mudança relativamente à prática desportiva feminina continua a ser lenta devido ao forte enraizamento cultural do desporto masculino.

4.3 IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A PREPARAÇÃO DA ELITE NO FUTEBOL E FUTSAL

A carreira desportiva é um processo de longo prazo. Neste contexto, existem estudos que comprovam a teoria que as primeiras experiências no domínio da prática desportiva são determinantes para a sua continuidade. Segundo Bompa (1995, citado por Martins, 2004, pp. 22), se a experiência for positiva, o jovem irá continuar a participar na atividade, mas se ao invés, a experiência se tornar negativa, o jovem perderá o interesse pela atividade física, podendo por vezes, levar ao abandono precoce, devido ao facto de se pretender acelerar o processo normal de desenvolvimento da atleta. Este é um problema recorrente das praticantes mais jovens no futebol e futsal, na medida em que jogam em competições desajustadas ao seu escalão etário ou porque ainda estão numa fase inicial do processo de desenvolvimento enquanto atleta.

Os efeitos positivos do desenvolvimento desportivo de um atleta advêm diretamente da prática desportiva juvenil, resultam da participação dos jovens no desporto mas também da qualidade da intervenção dos que, desempenhando diferentes papéis, conduzem e orientam essa mesma prática (Martins, 2004, pp. 21).

As técnicas desportivas têm como suporte as técnicas corporais, visto serem aplicação especializada destas. Antes das técnicas desportivas há que proporcionar o desenvolvimento das técnicas corporais, sendo de absoluta necessidade o acesso a uma vasta gama e diversificada de experiências motoras. O enriquecimento e desenvolvimento do comportamento motor devem ter lugar na infância e na puberdade, pois é nestes períodos que se formam as conexões nervosas dos diversos hábitos motores. Tal como afirma Coelho (1985, pp. 67), uma gama variada de experiências motoras e corporais em toda a infância e puberdade são bases fundamentais para o sucesso na posterior aprendizagem de habilidades desportivas complexas. As técnicas desportivas apresentam diversos graus de dificuldade conforme as técnicas corporais que lhes dão suporte e o seu grau de especialização, por isso são necessárias

progressões que obrigam a não saltar etapas e a garantir o tempo adequado à estabilização das aquisições efetuadas (Coelho, 1985, pp. 67).

Para que uma rapariga siga o processo normal de desenvolvimento de uma atleta tem cumprir várias etapas. Para vários autores (Krebs, 1992; Bompa, 1995; Gallahue et al., 1975)⁷ existem quatro etapas de desenvolvimento de um atleta: Iniciação, Orientação (Formação), Especialização e Alto Rendimento. As diferentes etapas da carreira desportiva do atleta passam: em primeiro lugar, pela estimulação motora, generalizada e de aquisições de movimentos fundamentais; depois pela aprendizagem motora generalizada e de movimentos especializados, voltada para a formação atlética; Posteriormente pela escolha das modalidades a nível da prática motora, centrando-se na especialização na técnica desportiva; e, por fim, pela especialização motora voltada para o alto rendimento.

Quadro 6 – Quadro – Fases de Desenvolvimento do atleta

KREBS (1992)	BOMPA (1995)	GALLAHUE E OZMUN (1995)
Estimulação Motora	Fase generalizada INICIAÇÃO	Movimentos rudimentares
Aprendizagem Motora	Fase generalizada FORMAÇÃO	Movimentos especializados Transição/Aplicação
Prática Motora	Fase especializada ESPECIALIZAÇÃO	Movimentos especializados
Especialização Motora	Fase especializada ALTO RENDIMENTO	Movimentos especializados

Fonte: Martins (2004:25)

Acredita-se que o sucesso de determinada modalidade será maior quanto mais cedo as crianças iniciarem a prática da mesma e se envolverem na prática de atividades físicas, pois a prática desportiva é um processo a longo prazo (Martins, 2004, pp. 22). Porém, Coelho (1985, pp. 67) considera que não basta começar mais cedo, é necessário que o começar mais cedo corresponda às necessidades e respeite as etapas que devem ser cumpridas. Assim, Coelho (1985, pp. 25) acredita que o processo de preparação desportiva inicia-se aos 8 anos, contudo outros autores defendem a existência de uma pré-etapa que abrange as idades abaixo dos 6

⁷ Citado por Martins, P. (2004:24).

anos, ou seja, um período de aquisições motoras condicionantes da efetiva formação desportiva da criança (Martins, 2004, pp. 26).

A fase de iniciação deve privilegiar as atividades de várias modalidades, tornando a atividade motora variada, onde a alegria e o prazer de jogar, a interação e a aquisição de padrões motores básicos sejam a forma mais adequada para proporcionar essas aprendizagens. Ao contrário do que acontecia no passado em que as crianças brincavam na rua, a iniciação desportiva no futebol e futsal faz-se cada vez mais nas escolinhas das modalidades (Casares, 2005).

Na etapa de iniciação generalizada (6 aos 12 anos), Voser (1999, citado por Casares, 2005, pp. 25) considera que o professor deve desenvolver os aspetos de esquema corporal, equilíbrio, lateralidade, organização do corpo no espaço e no tempo, coordenação motora grossa e fina, não esquecendo o que é característico da idade, principalmente a escolar, como: correr, saltar, lançar, transportar, trepar, rastejar e rolar. Quando uma criança é levada para uma escolinha de futebol ou futsal, ela vai atraída pela vontade de jogar à bola, sem ter o domínio de lateralidade, equilíbrio, ritmo, coordenação, por isso sendo o jogo a razão maior das crianças quererem treinar, também é importante dar a oportunidade à criança de jogar, se não ela começará a desmotivar.

Na segunda fase de formação (orientação), Bompa (1995, citado por Martins, 2004, pp. 30) afirma que esta é uma etapa fundamental na melhoria do que foi apreendido e na preparação para a competição do desporto escolhido. Os jovens devem automatizar as destrezas básicas e começarem a orientar-se para a competição.

Só nas etapas de especialização e de alto rendimento, a partir dos 16 anos, é que a preparação desportiva se orienta para objetivos de rendimento. Nestas etapas procura-se a perfeição do movimento e vencer passa a ser o objetivo mais importante. O volume e a intensidade de treino deverão ser elevados e há uma dedicação exclusiva ao desporto, exigindo disciplina e tempo.

Quadro 7 - Caracterização geral das fases da preparação desportiva

	ETAPAS	SUB-ETAPAS	CARACTERIZAÇÃO GERAL
1ª F A S E	I INICIAÇÃO	8-10	Actividades variadas recorrendo a diferentes modalidades e formas de exercício Actividades organizadas em ciclos, com grupos de constituição variável
		10-12	Quadros competitivos simplificados Equipamento não estruturado
	II ORIENTAÇÃO	12-13/14	Actividades baseadas num leque restrito de modalidades para as quais os jovens comprovem capacidades Actividades orientadas pelos seguintes objectivos: alcançar um desenvolvimento harmonioso elevar o nível geral das capacidades funcionais, promover a aquisição dos fundamentos das técnicas das diversas modalidades
		13/14-16/17	Quadros competitivos de organização simplificada e quadros competitivos formalizados assegurados por estruturas de apoio e de acolhimento institucionalizadas Equipamentos de estruturação mínima e de estruturação normalizada
2ª F A S E	III ESPECIALIZAÇÃO	16/17 ANOS EM DIANTE	Actividades orientadas para a qualidade de prestação competitiva e subordinadas pelas leis e princípios do treino desportivo Competições de organização formalizada, calendarizada e apoiada por estruturas institucionalizadas – Clubes, Associações, Federações Equipamentos normalizados e especializados Enquadramento técnico especializado

Fonte: Coelho (1985:26)

Para Coelho (1985) existem duas fases de preparação desportiva. A primeira ocorre até ao fim da puberdade e tem como objetivo fundamental a promoção do desenvolvimento físico geral, equilibrado e harmónico, sem privilegiar determinada aptidão ou capacidade. A segunda, após o fim da puberdade, em que a preocupação dominante é o rendimento e a secundária o desenvolvimento. O problema visível nos dias de hoje é que já na primeira fase de preparação desportiva, o objetivo principal começa a ser o de rendimento. Mutti (2003, citado por Casares, 2005, pp. 29) salienta este problema, afirmando:

“ O trabalho de iniciação no futsal está um pouco distante desse ideal, principalmente nos clubes, visto que por ser uma modalidade desportiva de grande penetração na camada infantil, têm despertado o interesse das federações, que por sua vez, tem regulamentado e organizado competições para faixas etárias cada vez mais baixas. ”

Este facto é bastante prejudicial, porque a pressão sobre as crianças em fase de iniciação é enorme, não podendo estas desenvolver a sua técnica, pois a preocupação é o resultado em detrimento do desenvolvimento da criança.

5. METODOLOGIA

Ao longo deste capítulo pretendemos demonstrar a metodologia utilizada para alcançar os objetivos definidos, bem como as técnicas de recolha de informação e de tratamento de dados.

A análise da situação e do nível desportivo do futebol e futsal feminino em Portugal (objeto de estudo desta dissertação) requerem recolha de informação de modo a atingir os objetivos propostos. A revisão da literatura nos temas do desenvolvimento e planeamento permitirá enquadrar e sustentar os resultados provenientes quer da análise de dados e de documentos oficiais, quer da observação participante.

A análise da situação desportiva do futebol e futsal feminino ao nível dos recursos humanos foi feita através dos dados retirados do Instituto do Desporto de Portugal (IDP), da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) e do Gabinete Coordenador do Desporto Escolar (GCDE). Os dados fornecidos pelo IDP (Estatísticas do Desporto Federado 1996-2009) referem-se ao número de atletas inscritos nas federações em Dezembro de 2010, já os dados da FPF e do GCDE (Lista_AP_GE_Conc) reportam-se à época/ano letivo 2010/2011.

No âmbito dos recursos financeiros, pretende-se obter informação acerca do investimento realizado pela FPF nas duas modalidades em estudo através da análise dos Relatórios e Contas da FPF (épocas 2006/2007 e 2010/2011).

A utilização de informação resultante da atividade do projeto “O Jogo das Raparigas” é recorrente, quer na análise da situação desportiva, quer na definição de objetivos estratégicos para o futebol e futsal feminino.

A observação participante, sendo uma técnica de recolha de dados, permitiu uma análise qualitativa do objeto de estudo. O facto de participar ativamente nas modalidades de futsal e futebol, enquanto atleta federada, treinadora e dinamizadora do projeto “O Jogo das Raparigas” permitiu-me realizar uma observação participante como elemento ativo. Segundo Burgess (2001), a observação participante facilita a perceção dos factos, possibilita maiores oportunidades de observação e permite que o observador viva intensamente os problemas em estudo. Assim, a observação participante permitiu uma análise mais clara, chegando-se a conclusões sobre as necessidades para o desenvolvimento destas modalidades de um modo mais célere.



6. SITUAÇÃO EXTRA-DESportiva

6.1 EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Portugal, têm vindo a assistir a um significativo envelhecimento da população. Segundo o estudo publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, entre o período de 2001 a 2009 verificou-se um crescimento fraco e decrescente da população. O crescimento resulta quase exclusivamente do saldo migratório, uma vez que o saldo natural diminuto, em média, foi negativo nos últimos três anos. A queda da fecundidade agrava-se, permanecendo a níveis muito inferiores aos necessários para renovar as gerações e a longevidade aumenta, provocando os respetivos efeitos na composição etária da população.

O envelhecimento demográfico resulta da diminuição da proporção da população jovem (com menos de 15 anos) e do aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população, respetivamente. Isto significa que o saldo natural é negativo, ou seja, os nascimentos com vida são inferiores ao número de óbitos ocorridos.

De acordo com o relatório de informação do Comité Económico e Social das Comunidades Europeias, “Situação e perspectivas demográficas da União Europeia”, para que as gerações se substituam sem perdas, o indicador de fecundidade deve corresponder a 2,08 filhos por mulher. A realidade é que no período 2001-2009, o índice de fecundidade desceu de 1,46 para 1,32 crianças por mulher (quadro 9). Em 2009, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal desceu para 99.491 isto é, menos 5.103 nascimentos face ao ano anterior e menos 13.283, ou seja menos 11,8%, comparativamente ao início do período analisado. A baixa assume maior preponderância nos anos compreendidos entre 2005-2009 e tripla (9,1%) da ocorrida entre 2001 e 2004. Esta evolução é mais significativa nos homens do que nas mulheres estando expressa no nível da relação de masculinidade que passou, em 2001, de 107 nascimentos com vida de rapazes por cada 100 nascimentos com vida de raparigas, para 105 em 2009.

Quadro 8 – Indicadores sobre a Natalidade e Fecundidade em Portugal, entre 2001 e 2009

Indicadores	Anos								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nados vivos	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492	104 594	99 491
<i>Homens</i>	58 365	59 303	58 210	56 212	56 612	54 057	52 683	53 976	50 873
<i>Mulheres</i>	54 409	55 080	54 305	53 086	52 787	51 392	49 809	50 618	48 618
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8	106,6	104,6
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7	9,8	9,4
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41	1,36	1,33	1,37	1,32
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2	28,4	28,6
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0	30,2	30,3
Taxa de Reprodução Bruta	0,712	0,719	0,705	0,685	0,687	0,664	0,651	0,671	0,646
Taxa de Reprodução Líquida	0,697	0,704	0,695	0,676	0,680	0,658	0,645	0,664	0,640

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2009

No período em análise é possível identificar três fases na dinâmica da população residente em Portugal (Quadro 9):

- A primeira fase corresponde ao período 2001-2003 e combina saldos naturais fracos com saldos migratórios positivos fortes, tendencialmente decrescentes que determinam, uma taxa média de crescimento da população moderada de 0,70% ao ano, mais elevada nos homens (0,77%) do que nas mulheres (0,63%) como resultado das correntes imigratórias predominantemente masculinas. Esta fase conjuga os saldos naturais e os saldos migratórios mais fortes dando continuidade à evolução dos últimos anos do século XX.
- A segunda fase coincide com o período 2004-2006 durante a qual a taxa média anual de crescimento é fraca e se reduz a metade (0,33%), comparativamente à anterior, não se observando uma diferença no ritmo de crescimento nos homens (0,35%) tão distante do das mulheres (0,31%). Para esta evolução contribuíram tanto o decréscimo do saldo natural como do saldo migratório, o qual acelera o seu ritmo de baixa. É em 2005 que se regista o saldo natural positivo mais fraco de todo o período.
- A terceira fase abrange o período de 2007-2009 e distingue-se por um saldo natural negativo acumulado de 5.651 indivíduos, traduzido em uma média anual negativa de 1.883 indivíduos. Paralelamente, o saldo migratório assume, o seu valor mais baixo do período em análise (9.361 indivíduos), em 2008, nível do qual vem a recuperar em 2009 ao subir para 15.408 indivíduos. É neste contexto que a taxa média

anual de crescimento da população se torna praticamente nula (0,10%) e próxima para homens (0,09%) e para mulheres (0,10%), correspondendo a um terço da variação média anual observada na fase anterior.

Quadro 9 – Evolução da Situação Demográfica em Portugal, entre 2001 e 2009

Indicadores	Anos								
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
População Residente Média (milhares)	10 293,0	10 368,4	10 441,1	10 502,0	10 549,4	10 584,3	10 608,3	10 622,4	10 632,5
População Residente em 31.XII (milhares)	10 329,3	10 407,5	10 474,7	10 529,3	10 569,6	10 599,1	10 617,6	10 627,3	10 637,7
<i>Homens</i>	4 988,9	5 030,2	5 066,3	5 094,3	5 115,7	5 129,9	5 138,8	5 142,6	5 148,2
<i>Mulheres</i>	5 340,4	5 377,2	5 408,4	5 434,9	5 453,9	5 469,2	5 478,8	5 484,7	5 489,5
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,5	93,7	93,7	93,8	93,8	93,8	93,8	93,8
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 408	-1 020	314	-4 945
Saldo Migratório	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100	19 500	9 361	15 408
Variação Populacional	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 508	18 480	9 675	10 463
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01	0,00	-0,05
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25	0,18	0,09	0,14
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28	0,17	0,09	0,10

Fonte: INE, I.P. Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os respectivos erros de cobertura.

Atendendo a estas análises impõe-se inevitavelmente a necessidade de se definir políticas de desenvolvimento desportivo que tenham em conta o panorama demográfico descrito, pois verifica-se um impacto direto sobre o mundo do desporto.

6.2 POPULAÇÃO TOTAL

Neste subcapítulo será apresentado o total da população residente em Portugal, dividido por sexo e grupo etário, no final do ano de 2010 (quadro 10). Estes dados foram recolhidos do site do INE, das estimativas anuais.

Quadro 10 - População residente em Portugal, por Sexo e Grupo etário, em 2010

TOTAL		0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 e mais anos	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
5.146.643	5.490.336	823.336	784.398	593.437	569.418	2.924.154	3.010.779	805.716	1.125.741

Fonte: Anual - INE, Estimativas Anuais da População Residente

6.2.1 POPULAÇÃO ESCOLAR

De acordo com o Anuário Estatístico de Portugal (2010), os últimos 20 anos evidenciam um aumento progressivo da escolarização. No entanto, no ensino básico (mais especificamente no 1º ciclo) tem-se verificado um decréscimo da população escolar visível no Quadro 11.

Entre os anos letivos 1990/1991 e 2009/2010 verificou-se um crescimento de cerca de 60% na população pré-escolar, entre os 3 anos e a idade de início do primeiro ciclo do ensino básico, traduzindo-se no aumento da taxa de pré-escolarização de 50,7% para 85,0%.

Nos últimos 20 anos verificou-se um decréscimo progressivo do número de alunos matriculados no ensino básico, sobretudo no primeiro ciclo. Entre os anos letivos 1990/1991 e 2009/2010 observou-se uma diminuição de 227,8 mil alunos no conjunto dos três ciclos do ensino básico, o que representa 15% do total de alunos inscritos neste último ano letivo. Esta tendência é particularmente notória no primeiro ciclo, onde se verificou uma diminuição de 28% de alunos inscritos.

A análise dos dados relativos ao ensino secundário dos últimos 20 anos permite observar que o número de alunos matriculados neste nível de ensino cresceu entre 1990/1991 e 1995/1996, tendo a partir daí diminuído sistematicamente durante os 12 anos letivos seguintes até 2007/2008. Esta tendência decrescente foi contrariada no ano letivo 2008/2009, quando se verificou um aumento de 43% de alunos inscritos face ao ano letivo anterior, ou seja, um acréscimo de cerca de 148,8 mil alunos.

Quadro 11 – Alunos matriculados segundo o nível de ensino ministrado

Anos Letivos	Educação pré-escolar	Ensino básico			Ensino secundário
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
1990/1991	171.552	669.525	356.420	458.311	347.911
2000/2001	235.610	535.580	271.793	415.778	413.748
2004/2005	259.788	504.412	267.742	380.903	376.896
2009/2010					
Portugal	274.387	479.519	273.248	503.695	483.982
Continente	258.598	452.236	257.464	480.298	462.784
Norte	95.549	169.415	100.641	197.779	178.350
Centro	58.870	96.298	54.383	108.438	107.418
Lisboa	73.132	134.234	72.421	120.547	126.601
Alentejo	19.654	31.410	18.551	32.593	31.736
Algarve	11.393	20.879	11.468	20.941	18.679
R. A. Açores	7.829	13.127	8.026	10.996	10.064
R. A. Madeira	7.960	14.156	7.758	12.401	11.134

Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (retirado do Anuário Estatístico de Portugal, 2010)

6.3 SITUAÇÃO ECONÓMICA

Nos últimos anos a situação da economia internacional tem vindo a agravar-se. A economia mundial sofre graves perturbações, com acentuada aversão ao risco e ressurgem o risco de problemas bancários da União Europeia (UE) e nos Estados Unidos da América (EUA). De acordo com as estimativas da Economist Intelligence Unit, a tendência continua a ser de queda do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial.

A estratégia europeia de austeridade fiscal, desacompanhada de políticas que promovam o crescimento tem-se revelado ineficaz e causadora de graves problemas sociais, como as elevadas taxas de desemprego. Em Portugal, a situação económica é dramática, com a pior média de crescimento económico dos últimos 90 anos. A dívida pública portuguesa é elevadíssima, tal como a taxa de desemprego que superou os 10% a partir de 2010. Por consequência, a taxa de poupança bruta é a mais baixa dos últimos 50 anos.

6.3.1 ECONOMIA E DESPORTO

Atualmente, a atividade económica desenvolvida pelo setor do desporto tem um peso significativo nos serviços, na indústria e no comércio. O número de pessoas, organizações e empresas envolvidas neste setor é cada vez maior e a sua influência estende-se a outros setores, como o da publicidade, televisão, turismo e construção.

Em 2010, as despesas efetuadas pelas Câmaras Municipais em “atividades culturais e de desporto” diminuíram 27,7% face ao ano anterior, mantendo a tendência descendente verificada em 2008 e 2009 (Quadro 12).

A rubrica “Jogos e desportos” representa, nestes 20 anos, cerca de 40% do total de despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto. No total das despesas correntes é de destacar a rubrica “jogos e desportos” representando 33,6% (27,4%, em 2009). Entre 2009 e 2010, este foi o grupo cuja importância relativa mais variou.

Quadro 12 – Despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e de desporto

Anos	Total de despesas	Despesas correntes			Despesas de capital		
		Total	Jogos e desportos		Total	Jogos e desportos	
			Total	Recintos		Total	Recintos
1990	89.408	49.688	15.326	3.365	39.720	21.389	17.259
2000	559.912	293.842	89.126	12.966	266.069	130.908	100.062
2005	913.810	461.761	145.380	28.658	452.050	241.725	211.319
2010	721.091	525.805	176.859	45.964	195.286	110.289	85.888

Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio.

Unidade: milhares de euros

O financiamento do Instituto do Desporto de Portugal (IDP) às federações desportivas diminuiu 3,9% em 2010 relativamente ao ano anterior, tendo sido de 40,3 milhões de euros. Dois projetos concentraram a quase totalidade do montante disponível, o projeto “desenvolvimento à prática desportiva”, representando 46,7% do financiamento, e a “alta competição”, com 32,4% do total. A “formação” recebeu cerca de 2,0% do financiamento do IDP.

A federação desportiva que obteve maior financiamento foi a de atletismo (9,1%, a que correspondeu um total de 3,7 milhões de euros), seguindo-se as federações de basquetebol e andebol que, respetivamente, receberam 8,3% e 7,9% dos fundos distribuídos. O Comité Olímpico de Portugal (COP) recebeu 4,6 milhões de euros, correspondente a 11,4% do total do financiamento do IDP (Quadro 13).

Quadro 13 - Financiamento do IDP às federações desportivas por projetos (2010)

Federações	Total	Desenvolvimento à prática desportiva	Alta competição	Eventos internacionais	Enquadramento técnico	Formação
TOTAL	40.305	18.819	13.050	3.578	4.034	825
Andebol	3.175	1.885	875	0	360	55
Atletismo	3.674	1.941	833	160	670	70
Basquetebol	3.355	1.868	842	0	479	165
Canoagem	450	158	180	41	61	10
Ciclismo	1.166	700	190	105	119	52
Esgrima	622	286	186	16	124	10
Futebol	2.484	1.710	575	174	0	25
Ginástica	1.021	440	333	80	124	44
Golfe	431	290	95	7	39	0
Judo	1.483	615	557	85	191	35
Natação	2.055	1.140	530	108	223	55
Patinagem	1.322	781	475	18	33	15
Remo	884	325	195	300	28	36
Rugby	1.035	420	430	0	167	18
Ténis	1.102	359	345	115	253	30
Ténis de mesa	453	325	95	6	10	17
Trampolins	0	0	0	0	0	0
Triatlo	733	260	337	30	107	0
Vela	0	0	0	0	0	0
Voleibol	2.910	1.737	550	166	401	55
Outras	7.371	3.573	1.001	2.018	646	133
COP	4.580	5	4.425	150	0	0

Fonte: Instituto do Desporto de Portugal.

Unidade: milhares de euros

7. SITUAÇÃO DESPORTIVA

7.1 TAXA DE PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA

Numa perspetiva mais funcional do desporto importa apurar a taxa de participação desportiva. A maioria dos estudos nos diferentes países tem vindo a revelar que as participações desportivas são superiores no sexo masculino, nos jovens, nos indivíduos com níveis de escolaridade mais elevada e inseridos em grupos sociais com maiores recursos (AAVV, 1999, citado por Marivoet, 2003).

De acordo com o projeto COMPASS, Portugal, em 1998, apresentava uma taxa de participação desportiva de 23%. Neste projeto concluiu-se que há acentuadas assimetrias entre a realidade dos países do Norte e os do Sul da Europa, apresentando os primeiros taxas muito mais elevadas do que os segundos. Nos países do Norte, a Suécia em 1997 apresentava uma participação desportiva de 70%, a Grã-Bretanha em 1996 de 67%, e a Irlanda em 1994 de 64%. Quanto às participações desportivas dos países do Sul, a Espanha em 1995 apresentava uma taxa de 31%, e na Itália em 1995 verificava-se a mesma taxa que em Portugal, 23% (Marivoet, 2003, pp. 56).

Em termos das diferenças de género nas práticas desportivas, há uma tendência para uma maior participação masculina face à feminina, no entanto, as disparidades tendem a ser maiores nos países do sul face aos do norte. Segundo as teorias feministas (Bryson, 1994; Messner, 1994, citados por Marivoet, 2003, pp. 62), a menor participação feminina no desporto deve-se ao facto deste ser marcado pela dominação hegemónica da cultura masculina. Quando se trata de desporto de competição, intenso e organizado, as assimetrias entre os sexos aumentam drasticamente, sendo este um espaço marcadamente masculino.

Neste contexto, Marivoet (2003) concluiu que nos países do norte da Europa, encontra-se uma menor disparidade entre a participação feminina e a masculina, um maior envolvimento dos jovens no desporto, assim como o decréscimo da prática não se torna tão acentuado ao longo da vida. Pelo contrário, nos países do Sul, a participação feminina é mais diminuta e afastada da masculina, o envolvimento dos jovens no desporto é menor, e o decréscimo da prática desportiva com a idade é mais acentuado.

7.1.1 TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO FUTEBOL E FUTSAL

Identificada a taxa de participação desportiva, importa estabelecer algumas inter-relações, nomeadamente entre a população total e o número de atletas inscritos em todas as federações desportivas e na FPF.

A taxa de participação dos atletas federados subiu de 2,9%, em 2001, para 4,88%, em 2010. Assim, na primeira década do século XXI registou-se um aumento de 73% dos atletas federados. A FPF apesar de ser a federação com maior peso no total de atletas federados (28,5% em 2010), apresenta uma taxa de participação de 1,39%, verificando-se uma variação de 24,76% entre 2001 e 2010 (Quadro 14).

Quadro 14 – Taxas de participação desportiva

	2001	2005	2010
População residente em Portugal	10.329.340	10.569.592	10.636.979
Total de praticantes federados	299.482	454.651	518.968
Total de praticantes inscritos na FPF	115.283	131.835	148.106
Taxa de Participação atletas federados	2,90%	4,30%	4,88%
Taxa de Participação na FPF	1,12%	1,25%	1,39%

Fontes: INE e IDP

7.2 ORGÂNICA

A FPF, de acordo com o ponto 1 do artigo 2º, tem como principal objetivo “promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, o ensino e a prática do futebol, em todas as suas variantes e competições”.

As equipas de futebol 11 respondem diretamente, em termos organizativos e competitivos, à FPF, pois estas provas são disputadas a nível nacional, à exceção das provas realizadas nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. No futebol 7 e no futsal são as Associações Distritais ou Regionais que organizam os campeonatos. Assim, segundo artigo 94ª dos seus Estatutos, a



FPF reconhece às Associações Distritais ou Regionais a competência para organizar campeonatos distritais ou regionais, em todas as variantes masculinas e femininas de futebol, que não interfiram com as competições organizadas pela FPF.

A FPF tem como sócios ordinários 22 Associações de Futebol. Os clubes que promovem a prática federada de futebol e/ou futsal são sócios filiados na FPF e sócios efetivos das respetivas Associações Distritais de Futebol (ADF). Na época 2010/2011, relativamente ao futebol 7 estiveram em competição 19 equipas Seniores de quatro Associações Distritais: Leiria (8), Beja (5), Portalegre (5) e Santarém (1). As equipas Juniores de Futebol 7 foram 12 e desfilaram apenas nos campos das Associações da Guarda (6), Aveiro (4) e Ponta Delgada (2). A Associação Distrital de Braga também organizou um Campeonato Extraordinário de Futebol 7 Sub-18, com 8 equipas participantes. Quanto ao futsal, existiram 218 equipas Seniores, que evoluíram nos pavilhões de 19 Associações Distritais. Apenas as Associações de Beja, Madeira e Portalegre não organizaram campeonatos de futsal. No escalão júnior inscreveram-se 52 equipas femininas, as quais desfilaram pelos pavilhões das 7 associações que organizaram os respetivos campeonatos: Lisboa, Algarve, Porto, Leiria, Setúbal, Aveiro e Angra do Heroísmo.

Em Portugal a prática de futebol e futsal assenta fundamentalmente nos clubes, e a prática informal é feita por iniciativa individual, sendo normalmente cobrado um valor por hora de utilização do campo, quer em instalações públicas ou municipais, quer em campos privados.

7.3 RECURSOS HUMANOS

7.3.1 ATLETAS FEDERADOS

7.3.1.1 DADOS GERAIS

Em 2010, o número de praticantes inscritos na FPF representava 28,5% do total de praticantes federados (518.968).

Segundo dados oficiais do IDP estavam inscritos nesta federação 148.106 praticantes⁸. Destes apenas 6.160 são mulheres, o que revela uma taxa de feminização de somente 4,2%. (Gráfico 3).

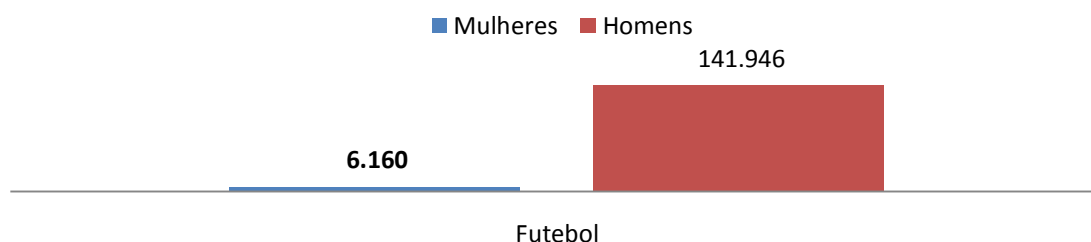


Gráfico 3 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol (2010).

Na FPF os escalões competitivos são diferentes para homens e para mulheres, de acordo com o Quadro 15.

Quadro 15 – Intervalos etários dos escalões competitivos da Federação Portuguesa de Futebol

ESCALÕES	MULHERES	HOMENS
SENIORES	18+ ANOS	19+ ANOS
JUNIORES	13-17 ANOS	17-18 ANOS
JUVENIS		15-16 ANOS
INICIADOS		13-14 ANOS
INFANTIS	11-12 ANOS	
BENJAMINS (EX-ESCOLAS)	9-10 ANOS	
TRAQUINAS	7-8 ANOS	
PETIZES	5-6 ANOS	

As raparigas integram o escalão Júnior a partir dos 13 anos, uma alteração dos escalões competitivos que vigora desde 2002. Nos escalões Petizes, Traquinas, Benjamins e Infantis as equipas podem ser compostas por praticantes de ambos os sexos.

A maioria das federações desportivas distingue os escalões etários de iniciação/formação e os escalões de especialização/competição. Nos escalões de formação, entre os 9/10 e os 16 anos, incluem-se o escalão infantil, iniciado e juvenil. O escalão júnior (17-18 anos) corresponde à fase de transição para o escalão mais elevado, o escalão sénior.

⁸ Fonte: IDP. *Estatísticas do desporto 2010* (Não publicado, cedido em versão eletrónica pelo IDP. (Dezembro 2010).

Na nossa análise usaremos o critério de divisão dos escalões utilizado pelo IDP: Até Júnior (formação) e Júnior+Sénior (especialização).

Do número total de praticantes inscritos nos escalões Até Júnior, 93.072, apenas 655 são raparigas, o que representa uma brutal disparidade correspondente a uma taxa de feminização inferior a 1% (0,7%). Nos escalões de especialização (Júnior+Sénior) o número de praticantes de sexo feminino é maior (5.505) e dado que o número de praticantes masculinos é cerca de metade do número nos escalões de formação, a taxa de feminização é 10,0%⁹ (Gráfico 4).

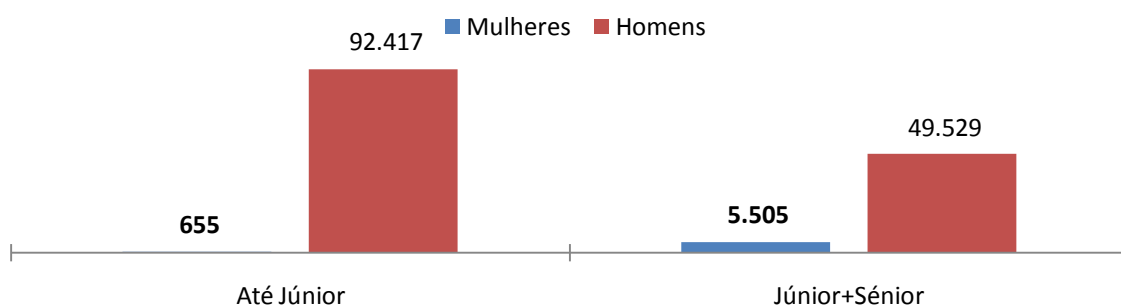


Gráfico 4 - Número de mulheres e homens inscritas(os) nos escalões Até Júnior e Júnior+Sénior na Federação Portuguesa de Futebol (2010).

Comparando com as restantes modalidades coletivas mais representativas, o Andebol, o Basquetebol, o Rugby e o Voleibol, verificamos que no Futebol existe a maior disparidade entre o número de praticantes homens e mulheres. O Voleibol é a modalidade coletiva com maior equilíbrio entre o número de praticantes femininos e masculinos, e a que tem maior número de mulheres praticantes inscritas e a única com mais mulheres que homens praticantes (Gráfico 5).

⁹ Fonte: IDP. *Estatísticas do desporto 2010* (Não publicado, cedido em Julho de 2010 versão eletrónica pelo IDP. (Dezembro 2010).

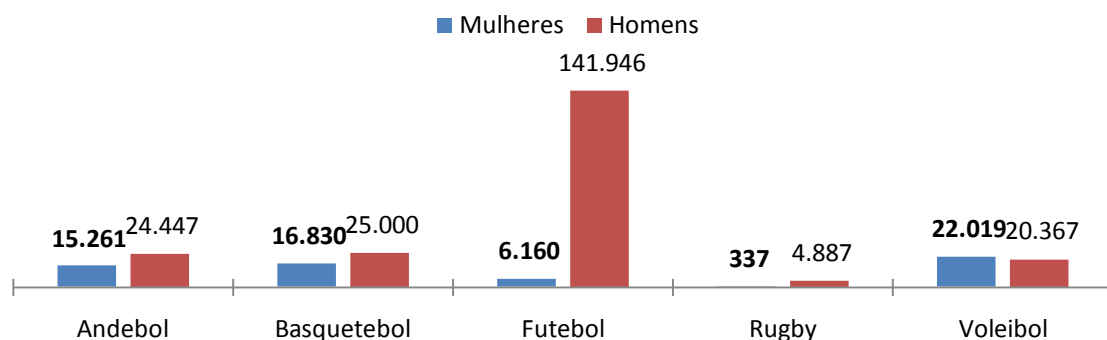


Gráfico 5 - Número de mulheres e homens inscritas(os) em 5 federações de desportos coletivos (2010).

As taxas de feminização do Voleibol (51,9%), do Basquetebol (40,2%) e do Andebol (38,4%) contrastam com as do Rugby (6,5%) e do Futebol (4,2%), mas apesar da taxa de feminização do Futebol ser muito baixa, não quer dizer que as raparigas e as mulheres não invistam no Futebol/Futsal como modalidade(s) da sua preferência. Por exemplo, a Natação com uma taxa de feminiza o de 43%, ou o Atletismo com 37,9%, inscrevem menos mulheres praticantes do que o Futebol. Ou ainda, como o caso da Ginástica, que com uma taxa de feminiza o bem superior, de 81,3%, inscreve praticamente o mesmo número de raparigas praticantes¹⁰ (Gráfico 6).

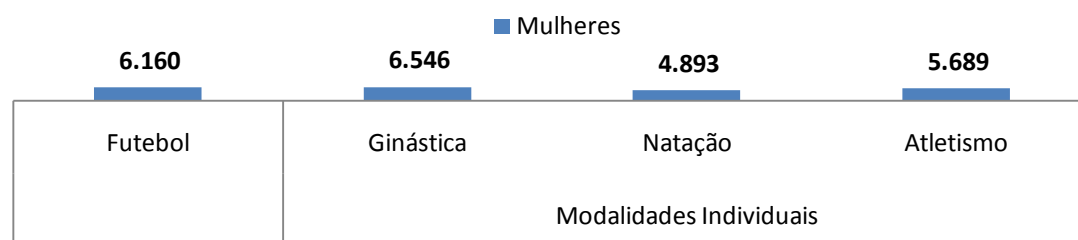


Gráfico 6 - Número de mulheres inscritas em 4 federa es: Futebol, Ginástica, Nata o e Atletismo (2010).

A diminuta taxa de feminiza o no Futebol (4,2%)   devida em grande parte   reduzidíssima taxa de feminiza o nos escalões de forma o (0,7%). De facto, a grande maioria (89,4%) das praticantes está inscrita nos escalões Júnior+Sénior e as inscri es nos escalões de forma o (Até Júnior) correspondem apenas a 10,6% (Gráfico 7).

¹⁰ Fonte: IDP. *Estatísticas do desporto 2010* (Não publicado, cedido em Julho de 2010 versão eletr nica pelo IDP. (Dezembro 2010).

■ Até Júnior ■ Júnior+Sénior

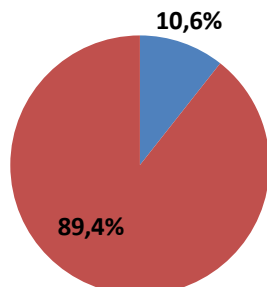


Gráfico 7 - Percentagem de mulheres inscritas na Federação Portuguesa de Futebol, por escalão competitivo (2010).

Esta realidade, a do Futebol, é muito particular e não se verifica nos outros desportos coletivos, à exceção do Rugby. Se considerarmos o número de praticantes inscritas no Futebol, nos escalões Júnior+Sénior (5.505), este número corresponde, grosso modo, à soma destas praticantes nos 4 desportos coletivos com taxas de feminização muito mais elevadas (Gráfico 8).

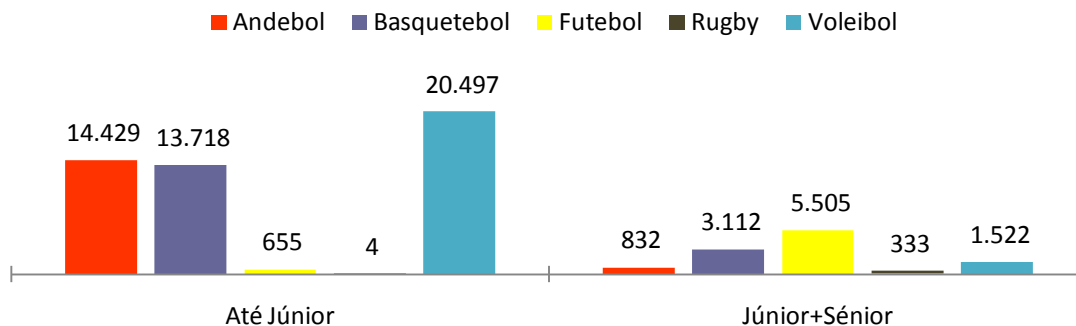


Gráfico 8 - Número de mulheres inscritas, em cada escalão etário (Até Júnior e Júnior+Sénior), em 5 federações de desportos coletivos (2010).

7.3.1.2 EVOLUÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA FEDERADA (2001-2010)

Na última década (2001-2010), o número total de praticantes inscritos na FPF aumentou de 115.283 para 148.106, correspondendo a uma taxa de crescimento de cerca de 28,5%. Este aumento de 32.823 praticantes deve-se, principalmente, ao crescimento do número de praticantes nos escalões masculinos Até Júnior, que correspondeu a mais 34.216 praticantes e

que de certa forma anulou o decréscimo de praticantes nos escalões Júnior+Sénior (-4.209) (Gráfico 9).

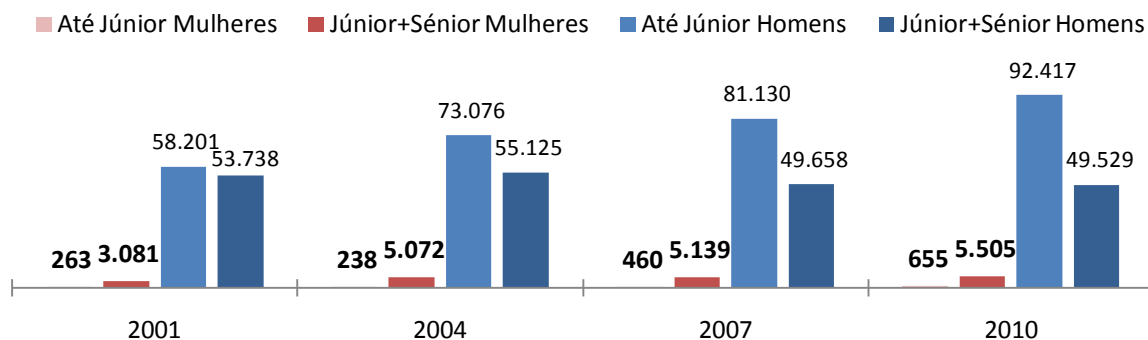


Gráfico 9 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol, em cada escalão etário (Até Júnior e Júnior+Sénior), entre 2001 e 2010.

No mesmo período o número de praticantes nos escalões femininos também aumentou, de 3.344 em 2001, para 6.160 em 2010. Nos escalões femininos Júnior+Sénior, ao contrário dos que sucede nos masculinos, verificou-se um aumento significativo de praticantes (mais 2.424). No que concerne aos escalões de formação Até Júnior o crescimento foi menor, registando apenas mais 392 praticantes. A taxa de feminização nos escalões Júnior+Sénior revela uma subida de 5,4%, em 2001, para 10,0% em 2010, já nos escalões Até Júnior a taxa manteve-se quase estagnada, variando entre os insignificantes 0,5% e os 0,7%. Esta imobilidade da prática federada nos escalões de formação contrasta, como veremos mais à frente, com o investimento das raparigas no Desporto Escolar, nas atividades de Futsal (Gráfico 10).

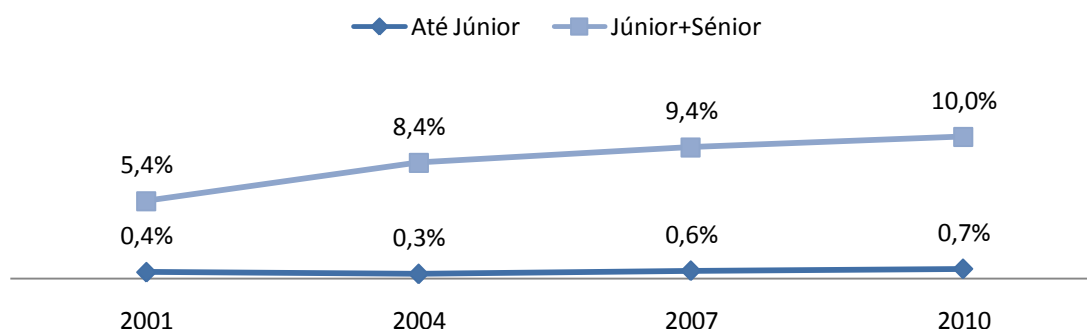


Gráfico 10 - Taxas de feminização na Federação Portuguesa de Futebol por escalão etário, entre 2001 e 2010.

Na última década verificou-se um crescimento do número de mulheres praticantes nas modalidades coletivas em análise: Andebol, mais 8.799 praticantes, Basquetebol, mais 10.105

praticantes, Futebol mais 2816 praticantes, Rugby mais 261 praticantes e Voleibol mais 15.718 praticantes. Comparativamente, a taxa de crescimento no Futebol (84%) foi a mais baixa de todas as modalidades coletivas. A do Rugby (343%) foi a mais alta, seguida do Voleibol (249%), do Basquetebol (150%) e do Andebol (136%) (Gráfico 11).

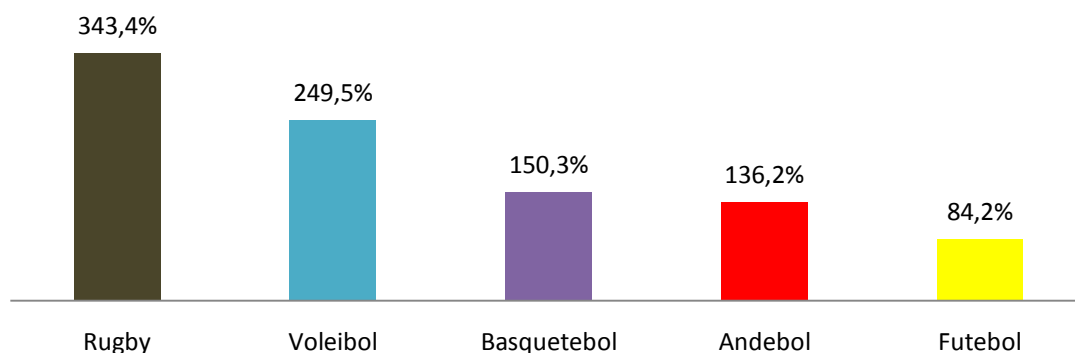


Gráfico 11 - Taxas de crescimento do número de mulheres inscritas em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010.

Nos escalões etários, o crescimento de mulheres praticantes diverge de modalidade para modalidade. Nos escalões de formação (Até Júnior) verificaram-se acréscimos mais significativos no Voleibol, Andebol e Basquetebol, contrastando com o crescimento denotado no futebol, onde ocorreu um incremento de apenas 392 raparigas inscritas (Gráfico 12).

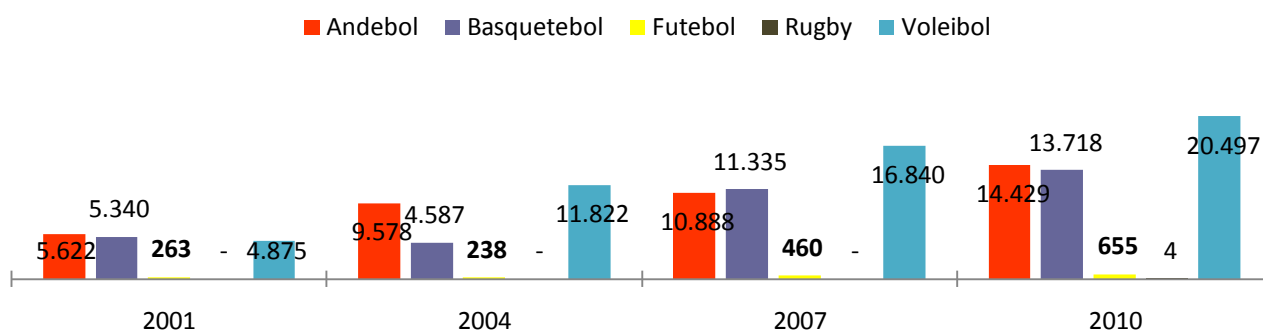


Gráfico 12 - Número de mulheres inscritas, nos escalões Até Júnior em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010.

Nos escalões Júnior+Sénior verifica-se o oposto. O Futebol é a modalidade com maior aumento do número de mulheres praticantes, seguida do Basquetebol. No Andebol e Voleibol a variação é quase inexistente (Gráfico 13).

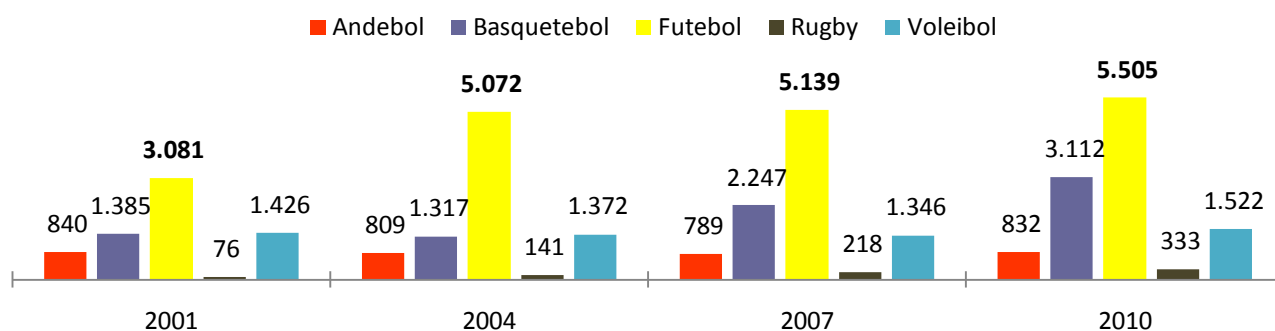


Gráfico 13 - Número de mulheres inscritas, nos escalões Júnior+Sénior em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010.

Embora se tenha verificado um aumento do número de mulheres e raparigas nos escalões Júnior+Sénior, a taxa de feminização global do Futebol não tem vindo a crescer como seria de esperar. Tal sucede, sobretudo, devido ao aumento verificado no número de rapazes inscritos, principalmente nos escalões Até Júnior. Neste mesmo escalão o número de raparigas sofreu um crescimento pouco relevante.

De modo geral, o reduzido acréscimo da taxa de feminização no Futebol, deve-se ao aumento do número de raparigas nos escalões Júnior+Sénior, contrastando com o aumento das taxas de feminização das restantes modalidades coletivas, que resultou essencialmente do aumento no número de inscritas nos escalões de formação. O Voleibol tem conseguido ao longo da década manter o equilíbrio do número de praticantes homens e mulheres. O Basquetebol e o Andebol tendem a aproximar-se desse equilíbrio, o primeiro passou de uma taxa de feminização de 34% para 40% e o Andebol de 29% para 38% (Gráfico 14).

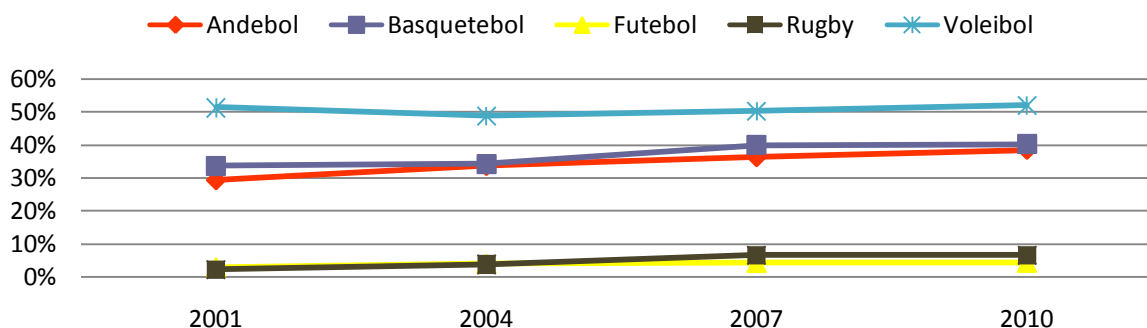


Gráfico 14 - Taxas de feminização em 5 federações de desportos coletivos, entre 2001 e 2010.

A FPF continua a inscrever o maior número de clubes no que respeita à prática federada. Em 2001, os 2.150 clubes inscritos nesta Federação correspondiam a 21,5% do número total de clubes em 41 federações desportivas. Em 2010, o seu peso decresce cerca de 2%, embora o número de clubes tenha passado para os 2.206, isto é, mais 56 clubes. O aumento do número de clubes nestas modalidades coletivas conduziu ao aumento do número de equipas femininas.

Em 2011, no Futebol cerca de 85% dos clubes (1.811) não enquadravam equipas femininas, e cerca de 70% dos clubes (1.474), não inscreveu qualquer praticante de sexo feminino¹¹. Este facto explica a estagnação do crescimento das praticantes nos escalões de formação. Se é certo que a grande maioria dos clubes, 85 em 100, não enquadra qualquer equipa feminina, também é certo que uma ínfima parte deles, 73 clubes (3%) enquadram 20% do total de jogadoras inscritas.

Neste período, as federações das modalidades coletivas aumentaram o número de clubes federados, à exceção do Basquetebol, sendo a Federação de Voleibol a que mais conseguiu ampliar o seu número de clubes, mais 716 (Gráfico 15).

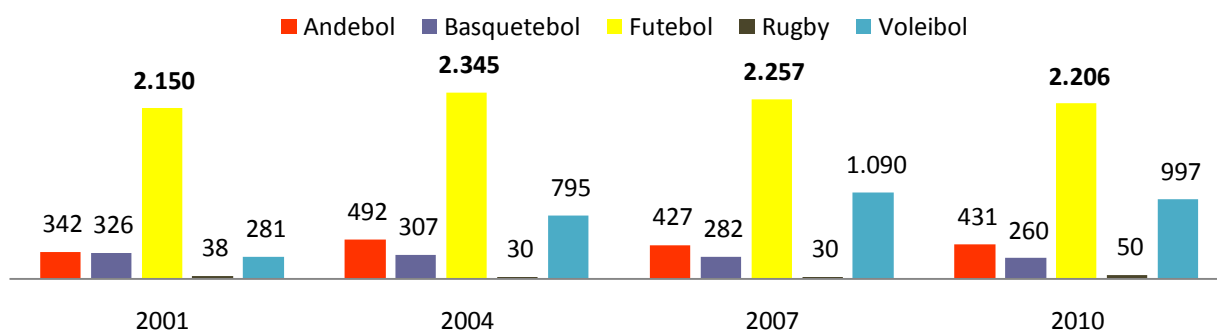


Gráfico 15 - Número de clubes inscritos em 5 federações de desportos coletivas, entre 2001 e 2010.

¹¹ Nota explicativa: Levantamento efetuado entre Abril a Junho de 2010, através do registo de cada Associação Distrital nas ligações do sítio *Internet* da FPF (www.fpf.pt).

7.3.2 ATLETAS DO DESPORTO ESCOLAR

O programa do Desporto Escolar aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário¹², sendo potenciais praticantes as/os alunas/os que os frequentam¹³.

Os dados oficiais sobre a participação no Desporto Escolar não fornecem informação sobre o número total de praticantes, facto que decorre da mera inventariação das inscrições em cada uma das modalidades desportivas. Como cada aluna/o se pode inscrever no máximo em duas modalidades desportivas¹⁴ é impossível conhecer com exatidão o seu alcance e impacto no conjunto da população escolar.

No ano letivo de 2010/2011 foram registadas pelo Desporto Escolar 167.090 inscrições de alunas/os, das quais 32.421 (19,4%) de raparigas, 50.474 (30,2%) de rapazes e 84.195 (50,4%) de praticantes mistos, não estando especificado o sexo¹⁵ (Gráfico 16).

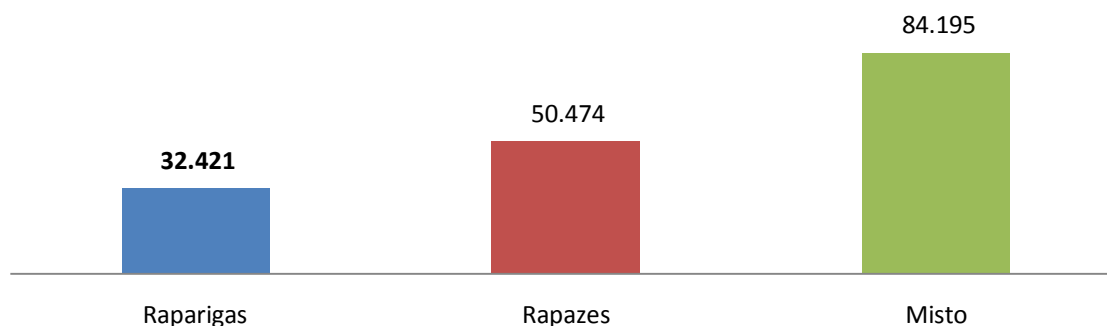


Gráfico 16 - Número de inscrições de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).

No Desporto Escolar as competições desportivas dirigidas às crianças e jovens, entre os 9 e 17 ou mais anos, estão distribuídas por 5 escalões etários que tendem a corresponder aos ciclos de escolaridade: Infantil A (9-10 anos), Infantil B (11-12 anos), Iniciado (13-14 anos), Juvenil (15-16 anos) e Júnior (17 ou mais anos).

¹² Decreto-Lei n.º 95/91, de 26 de Fevereiro, Artigo 5.º.

¹³ DGIDC/GCDE. Junho 2009. Regulamento Geral de Provas 2009-2013, Artigo 1.º.

¹⁴ GCDE/DGIDC. Junho 2009. Programa do Desporto Escolar 2009/13.

¹⁵ Fonte: GCDE/DGIDC. Inscrições de alunos e professores 2010/11. (Não publicado, cedido em versão eletrónica pelo GCDE, em Julho 2011).

Analisando o número de praticantes por escalão, verifica-se que nos escalões etários inferiores a prática de Desporto Escolar é maior. Estes factos parecem indiciar que a prática de Desporto Escolar atinge o seu auge no escalão de Infantis B, com o maior número de praticantes (28.674). Esta situação é visivelmente desajustada, dado que as/os alunas(os) se encontram no início da sua formação desportiva, ou seja, apenas no segundo “degrau” (escalão) da sua participação no Desporto Escolar (Gráfico 17).

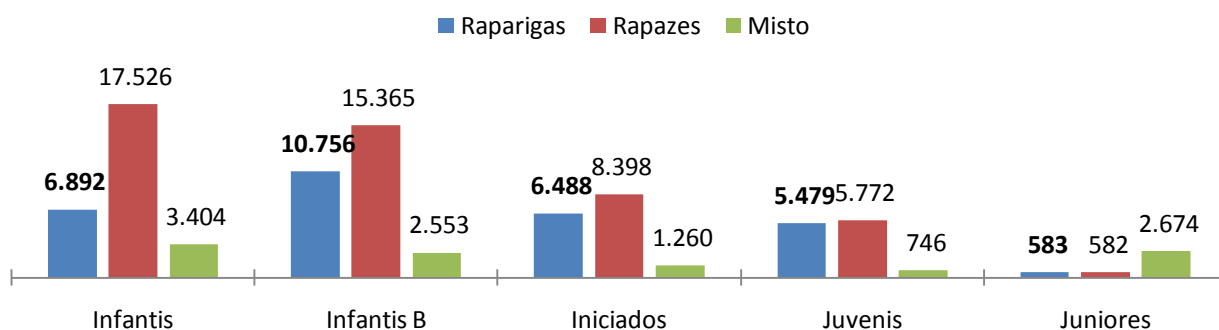


Gráfico 17 - Número de inscrições de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar, por escalão etário (ano letivo 2010/2011).

O número de inscrições em cada escalão demonstra uma variação ligeira nas taxas de feminização e apesar do número global de inscrições ser superior no escalão Infantil B, bem como o número de inscrições de alunas, a taxa de feminização só atinge o seu máximo no escalão Juvenil.

A taxa de feminização varia entre 24,7% no escalão Infantil A, 37,5% no escalão Infantil B, 40,2% no escalão Iniciado, 45,7% no escalão Juvenil e 15,2%¹⁶ no escalão Júnior, traduzindo pelo menos nos números de inscrição, um equilíbrio crescente entre raparigas e rapazes com o aumento da idade.

No Futsal, tal como nos restantes desportos coletivos, as inscrições são desagregadas por sexo, com 25.727 inscrições de rapazes e 8.503 de raparigas, constituindo-se assim uma taxa de feminização de 24,8%, ligeiramente superior à taxa de feminização global do Desporto Escolar (19,4%) (Gráfico 18).

¹⁶ Nota: Devido à elevada representatividade das/os praticantes mistos, a taxa de feminização do escalão Júnior é menos compreensível.

No ano letivo 2010/2011, o número de alunos e alunas inscritas no Futsal representou 20,5% do total de inscrições no Desporto Escolar (167.090)¹⁷.

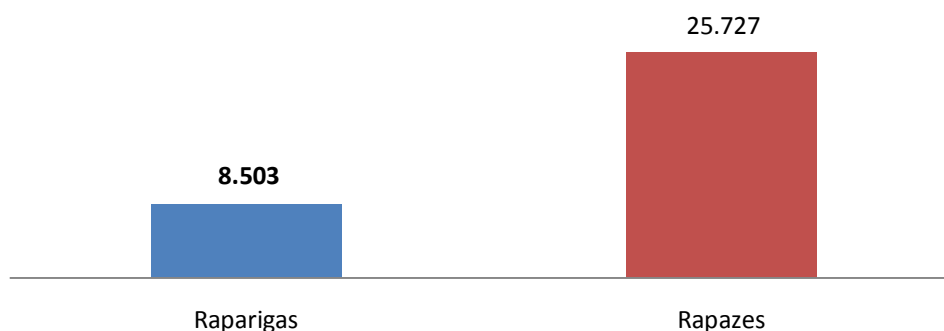


Gráfico 18 - Número de inscrições, na modalidade de Futsal, de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).

Ao fracionarmos os números totais do Futsal por escalão etário e sexo, verifica-se o incremento da taxa de feminização com o aumento da idade no Desporto Escolar, apesar do decréscimo do número de raparigas inscritas no escalão de Juvenil e Júnior (Gráfico 19).

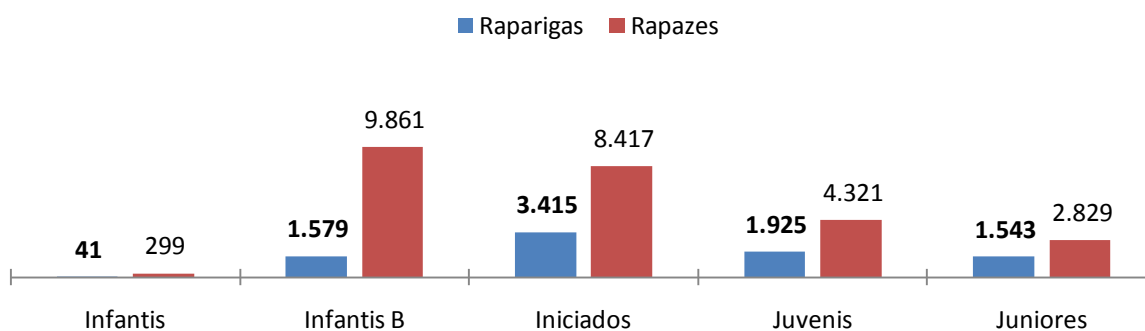


Gráfico 19 - Número de inscrições, de rapazes e raparigas registadas pelo Desporto Escolar na modalidade de Futsal, por escalão etário (ano letivo 2010/2011).

Apesar desse decréscimo, é extremamente importante exaltar o número de raparigas inscritas nos escalões de Infantil, Iniciado e Juvenil, e fazer o paralelo com a prática desportiva federada, onde, como visto anteriormente, existiam apenas 655 raparigas inscritas nos escalões Até Júnior. Este facto alicerça a ideia de que para a maioria das raparigas, a escola constitui a única oportunidade de prática desportiva organizada, onde o acesso está mais facilitado,

¹⁷ Fonte: GCDE/DGIDC. Inscrições de alunos e professores 2010/11. (Não publicado, cedido em versão eletrónica pelo GCDE, em Julho 2011).

sobretudo para as idades mais precoces. Como tal, nunca é demais realçar a importância do papel da escola pública de qualidade, apetrechada das condições adequadas para cumprir o imperativo constitucional quer do direito à igualdade, quer do direito ao desporto para todos e todas.

Contudo, deve ser feito o reparo à diferente organização dos escalões de competição, no Desporto Escolar e no contexto federativo. Os escalões etários Até Júnior – considerados pelo IDP como escalões ditos de formação – são distintos entre estas duas formas de prática desportiva organizada. Enquanto na Federação vai desde os 5 até aos 12 anos, no Desporto Escolar, vai desde os 9 anos até aos 16 anos (Quadro 16).

Quadro 16 - Comparação dos intervalos etários dos escalões competitivos entre o Desporto Escolar e a Federação Portuguesa de Futebol

DESPORTO ESCOLAR		FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL	
		PETIZES	5-6 ANOS
		TRAQUINAS	7-8 ANOS
INFANTIL A	9-10 ANOS	BENJAMIM	9-10 ANOS
INFANTIL B	11-12 ANOS	INFANTIL	11-12 ANOS
INICIADO	13-14 ANOS	JÚNIOR	13-17 ANOS
JUVENIL	15-16 ANOS		
JÚNIOR	17+ ANOS		
		SÉNIOR	18+ ANOS

No entanto, isto parece não causar grande diferença, pois é sempre notória a superioridade do número de inscritas do Desporto Escolar face à FPF, ou não fosse a taxa de feminização das praticantes de Futsal no Desporto Escolar na ordem dos 24,8%, seis vezes superior à média nacional federada (4,2%).

Segundo os dados do IDP, na FPF, existem 655 praticantes femininos nos escalões Até Júnior e 5.505 nos escalões Júnior+Sénior¹⁸. No Desporto Escolar, de acordo com os escalões da Federação, apuramos que os escalões Até Júnior (Infantil A e B), entre os 9 e 12 anos, tem

¹⁸ Fonte: IDP. *Estatísticas do desporto 2010* (Não publicado, cedido em versão eletrónica pelo IDP. (Dezembro 2010).

1.620 raparigas inscritas, e para os Júnior+Sénior (Iniciado, Juvenil e Júnior), isto é, entre os 13 e até aos 17 ou mais, 6.883 raparigas¹⁹. Como é fácil de verificar, em ambas as divisões é superior o número de raparigas inscritas no Desporto Escolar. Para além disso, é igualmente importante evidenciar que no Desporto Escolar apenas se trata da modalidade de Futsal, e no federado são três as modalidades em que as raparigas se podem inscrever (Futsal, Futebol 11 e Futebol 7), o que agrava ainda mais o cenário ao nível federado (Gráfico 20).

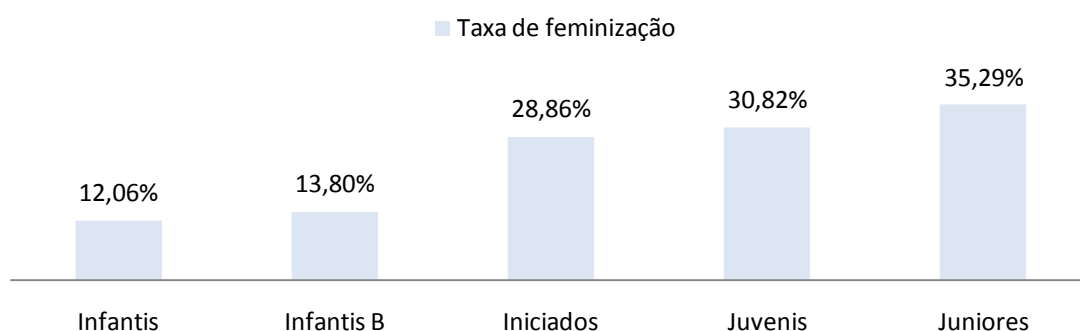


Gráfico 20 - Taxa de feminização, na modalidade de Futsal, por escalão etário, no Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).

Assim sendo, o papel das escolas é fundamental, especialmente no caso do Futsal, atendendo que esta é modalidade que contou com maior número de inscrições, seguida do Voleibol, Badminton, Natação e Basquetebol (Gráfico 21).

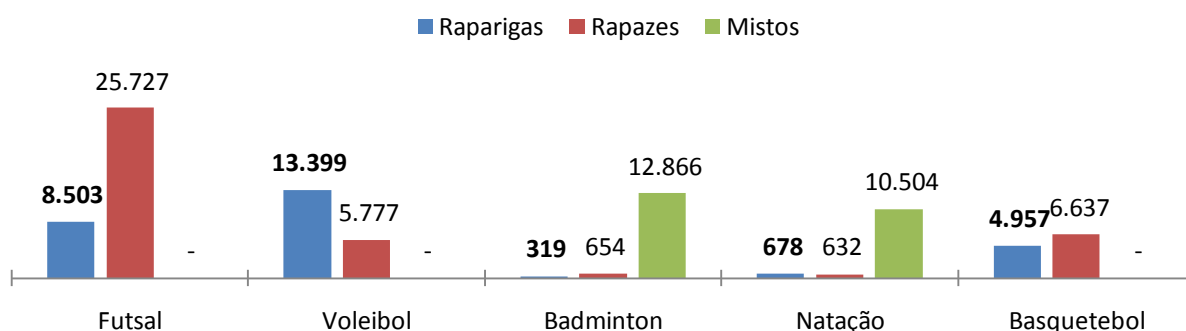


Gráfico 21 - Número de inscrições de rapazes e raparigas nas 5 modalidades com maior número de inscrições, no Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).

¹⁹ Fonte: GCDE/DGIDC. Inscrições de alunos e professores 2010/11. (Não publicado, cedido em versão eletrónica pelo GCDE).

Comparativamente com as modalidades coletivas mais representativas, verifica-se que a taxa de feminização do Futsal (24,8%) é a mais baixa. O Voleibol é a modalidade que tem a taxa de feminização mais elevada, sendo esta a que regista um maior número de raparigas e a única que tem mais raparigas do que rapazes inscritos.

Não obstante esses factos, o Futsal consegue o feito de, com uma taxa inferior às restantes modalidades coletivas referidas, ter o segundo maior número de raparigas inscritas (8.503), alcançando o total das modalidades de Basquetebol e Andebol juntas, e cujas taxas de feminização são bem superiores²⁰ (Gráfico 22).

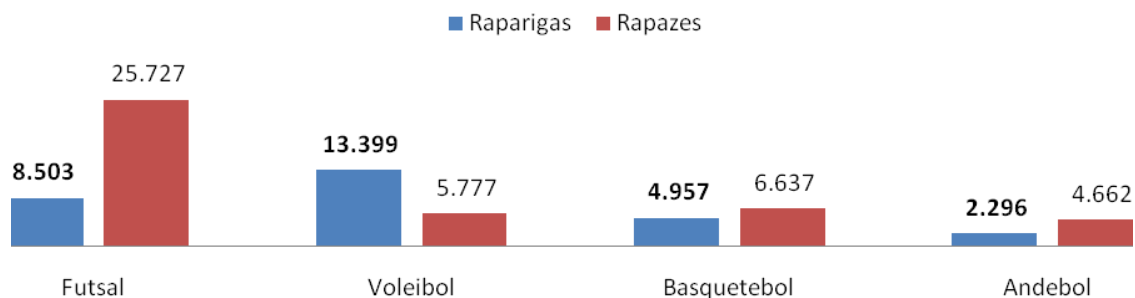


Gráfico 22 - Número de inscrições de rapazes e raparigas nas modalidades coletivas, no Desporto Escolar (ano letivo 2010/2011).

7.3.3 ANÁLISE DA PRÁTICA DESPORTIVA FEDERADA EM DETALHE (ÉPOCA 2010/2011)

Com o objetivo de conhecer mais detalhadamente os dados da prática desportiva federada do Futebol, entre Abril a Junho de 2011, procedemos ao levantamento²¹ do número de praticantes inscritos (época de 2010/2011) por escalão, sexo e modalidade em cada um dos clubes de todo o país. Foi apurado um total de 153.415 praticantes, dos quais 6.046 do sexo feminino e 147.369 do sexo masculino, ou seja, 24 vezes mais o número de mulheres praticantes, sendo a taxa de feminização de apenas 4%.

²⁰ Fonte: GCDE/DGIDC. Inscrições de alunos e professores 2009/10. (Não publicado, cedido em versão eletrónica pelo GCDE).

²¹ Nota explicativa: Levantamento efetuado entre Abril a Junho de 2010, através do registo de cada Associação Distrital nas ligações do sítio *Internet* da FPF (www.fpf.pt).

No que respeita ao setor masculino, a preferência recai sobre o Futebol 11, apresentando 84.808 praticantes, seguido do Futebol 7, com 34.334, e por fim o Futsal, com 24.547. Por sua vez, contrariamente ao que se passa no sexo masculino, as raparigas e mulheres parecem optar mais pelo Futsal, onde contabilizamos 4.059 praticantes (Gráfico 23).

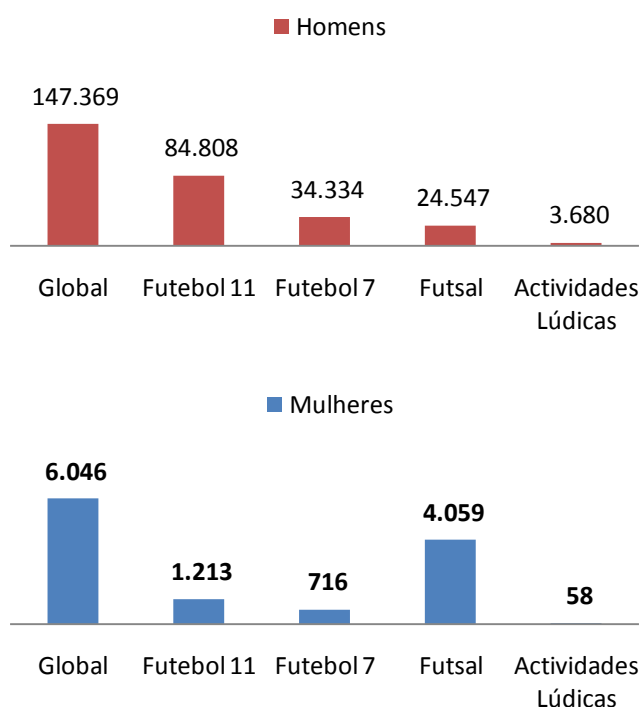


Gráfico 23 - Número de mulheres e homens inscritos na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade.

Estes valores demonstram que o Futsal é a modalidade com maior taxa de feminização, 14%, a única acima da taxa de feminização geral (4%). O Futebol 11 é a modalidade com a menor taxa, apenas 1,4%, sendo que o Futebol 7 e as Atividades Lúdicas encontram-se entres estas duas, com taxas de feminização de 2% e 1,5%, respetivamente (Gráfico 24).

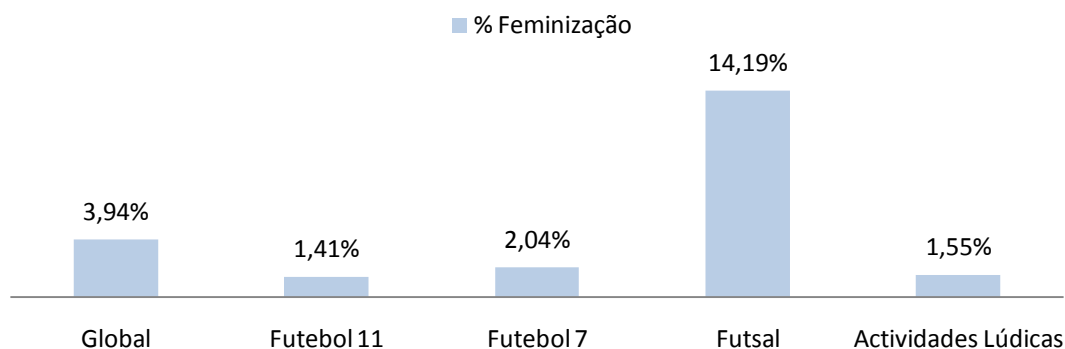


Gráfico 24 - Taxa de feminização na Federação Portuguesa de Futebol por modalidade, na época de 2010/2011.

Analisando por escalão e modalidade, verifica-se que os escalões juniores e seniores apresentam maior número de inscritas, o que desde logo evidencia uma chocante ausência de praticantes nos escalões de formação. A preferência das jogadoras dos escalões etários superiores recai sobre o Futsal, enquanto nos inferiores sobre o Futebol 7 (Gráfico 25).

Nas Actividades Lúdicas estavam inscritas 58 raparigas, destas 35 eram Traquinas e 23 pertenciam ao escalão de Petiz.

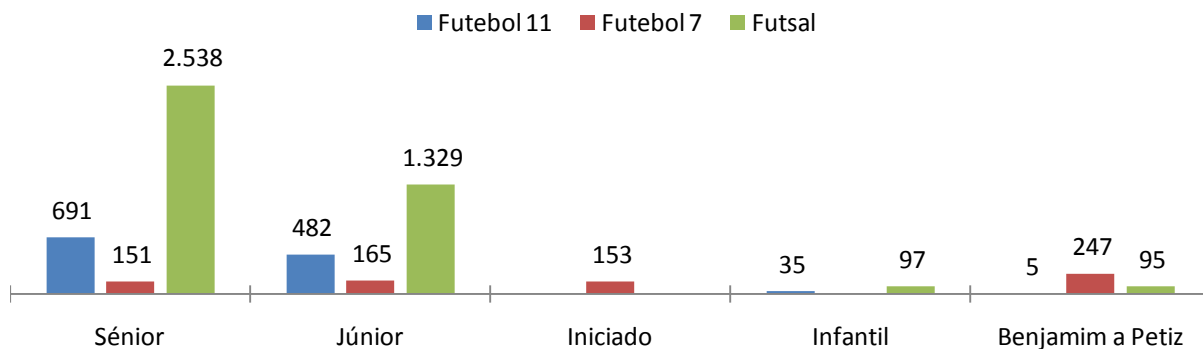


Gráfico 25 - Número de mulheres inscritas na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade e escalão etário.

No entanto, ainda na análise por modalidade, mas agora dando primazia aos escalões Até Júnior, sabe-se que o Futebol 7 reúne o maior número de raparigas inscritas, e que apesar de não ter qualquer inscrita no escalão Infantil, é também a única modalidade da Federação que tem praticantes inscritas no escalão Iniciado (Gráfico 26).

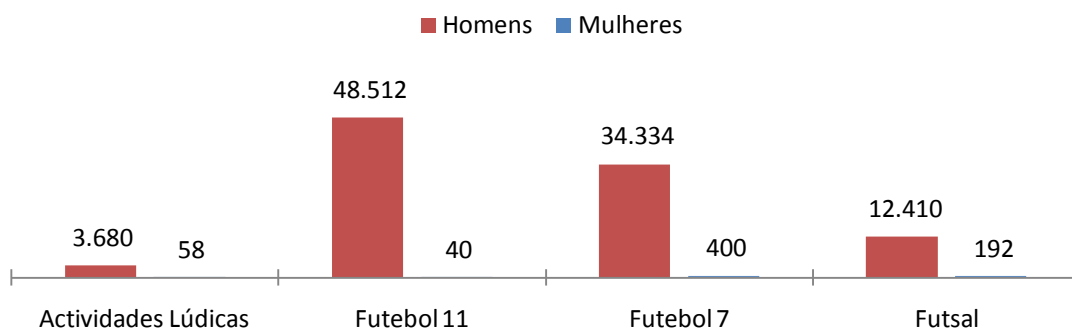


Gráfico 26 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade, nos escalões Até Júnior.

Nos escalões de especialização Sénior+Júnior, o Futebol 7 perde terreno no número de raparigas inscritas, como seria de esperar, pois só em determinadas Associações Distritais (Beja, Braga (prova extraordinária sub-18), Portalegre, Guarda, Leiria e Aveiro) é que ocorrem campeonatos e provas desportivas organizadas pelas mesmas, com equipas seniores e juniores de Futebol 7 (Gráfico 27).

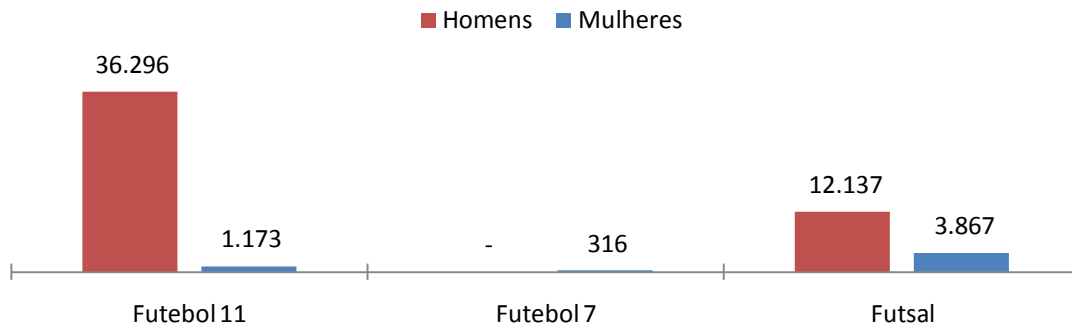


Gráfico 27 - Número de mulheres e homens inscritas(os) na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, por modalidade, nos escalões Sénior+Júnior.

Ainda nestes escalões denota-se, mais uma vez, a preferência das praticantes pelo futsal, embora a maior taxa de feminização se verifique no Futebol 7 (100%), atendendo ao facto de não existir competição para o sexo masculino. Nestes escalões volta-se, mais uma vez, a verificar a preferência das praticantes pelo Futsal.

A taxa de feminização nos escalões Sénior+Júnior do Futsal é de 24% e a do Futebol 11 de 3%.

Será importante lembrar que na FPF as idades das raparigas do escalão Júnior vão desde os 13 até aos 17 anos enquanto nos rapazes, para essas mesmas idades, existem três escalões diferentes: o Júnior (17 e 18 anos), o Juvenil (15 e 16 anos) e o Iniciado (13 e 14 anos). Assim sendo, quando se pretende determinar o número de praticantes à que ter tal estratificação em conta. No levantamento que fizemos observou-se a data de nascimento das 1.976 raparigas inscritas no escalão de Júnior. Neste âmbito apuramos 490 Iniciadas, 928 Juvenis e 558 Juniores (Gráfico 28).

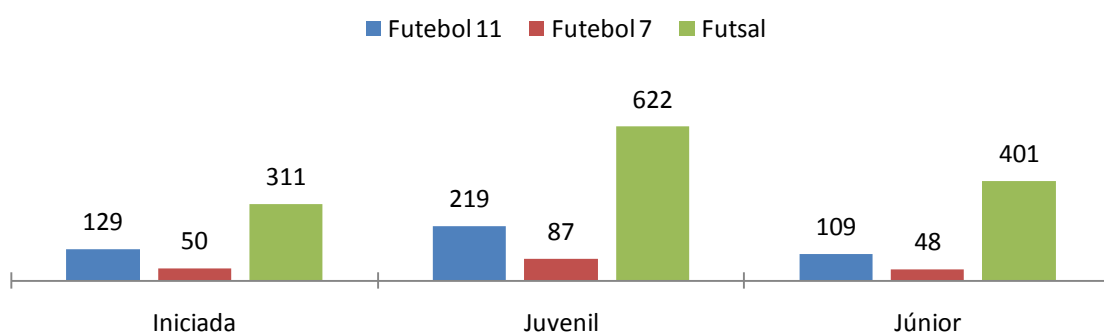


Gráfico 28 -Número de mulheres inscritas na Federação Portuguesa de Futebol, na época de 2010/2011, no escalão Júnior, mas de acordo com a divisão feita para os praticantes da mesma idade masculinos.

Quadro 17 - Relação das idades, por modalidade, das 1.976 praticantes inscritas como Juniores (2010/2011)

IDADE JUNIORES	FUTEBOL 11	FUTEBOL 7	FUTSAL	TOTAL
12 ANOS	7	8	29	44
13 ANOS	66	19	143	228
14 ANOS	81	34	191	306
15 ANOS	113	33	299	445
16 ANOS	105	53	360	518
17 ANOS	85	38	311	434
18 ANOS	-	-	1	1
TOTAL	457	185	1334	1.976

No que respeita à análise da quantificação das equipas e respetiva distribuição territorial, na época anterior, verificaram-se assimetrias acentuadas entre os distritos e modalidades. No Futsal estiveram 218 equipas Seniores, que evoluíram nos pavilhões de 19 Associações

Distritais. Apenas em Beja, Madeira e Portalegre é que os campeonatos de Futsal não foram organizados. A Associação de Futebol de Lisboa com 34 equipas foi a maior contribuinte, seguida por Leiria com 30 equipas e a do Porto com 24 (Gráfico 29).

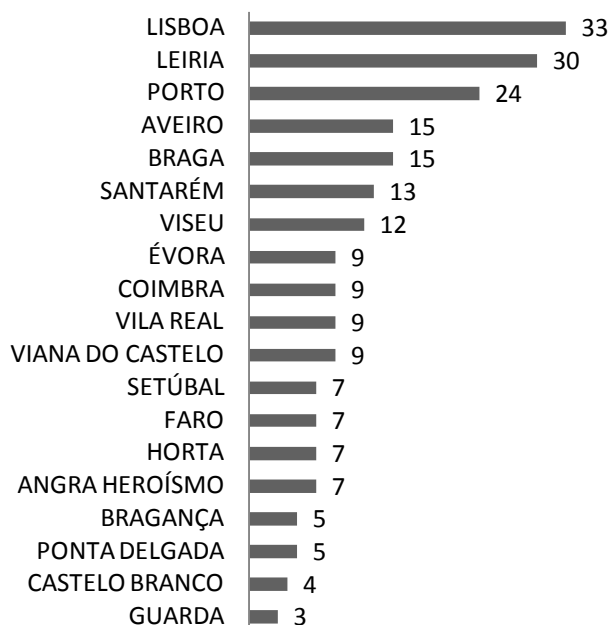


Gráfico 29 - Número de equipas Seniores de Futsal inscritas por distrito, na época de 2010/2011.

Após análise referente às equipas participantes nos campeonatos de seniores, e para conclusão da análise ao número de equipas no Futsal, apresenta-se os dados respeitantes às equipas juniores, as quais desfilarão pelos pavilhões das 7 associações que organizaram os respetivos campeonatos: Lisboa, Algarve, Porto, Leiria, Setúbal, Aveiro e Angra do Heroísmo (Gráfico 30).

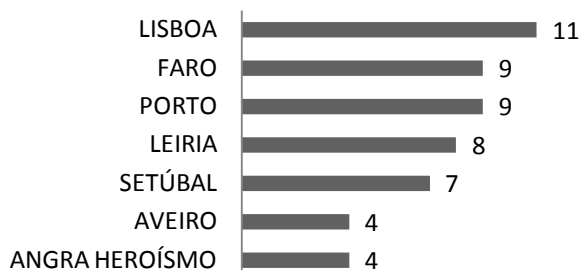


Gráfico 30 - Número de equipas Juniores de Futsal inscritas distrito, na época de 2010/2011.

A realidade neste escalão, está muito distante das Seniores, quer em número, quer em organização de provas, como se pode constatar. Isto significa uma evidente não aposta dos clubes na formação, ao nível feminino. Na totalidade inscreveram-se 52 equipas, contra as 218 existentes no escalão etário superior.

É curioso o facto da Associação de Futebol do Algarve ter 9 participantes neste escalão, contra os 6 na categoria Sénior o que contraria o verificado nas restantes associações, à exceção de Setúbal, que contabiliza o mesmo número (7) em ambas as categorias.

No Futebol 11 só existiu competição para equipas Seniores, que perfizeram um total de 43. Estas equipas respondem diretamente, em termos organizativos e competitivos, à FPF, pois estas provas são disputadas a nível nacional, através do Campeonato Nacional (9 equipas) e da Taça de Promoção (27 equipas), à exceção das provas realizadas nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira. Não obstante este facto, se analisarmos as localizações geográficas destas mesmas equipas, verifica-se uma distribuição muito diversa, destacando-se, por exemplo, o facto da Sul do distrito de Setúbal não existir qualquer equipa desta modalidade. Já o distrito do Porto é o que coloca mais equipas a competir (10), seguido por Aveiro (9) (Gráfico 31).

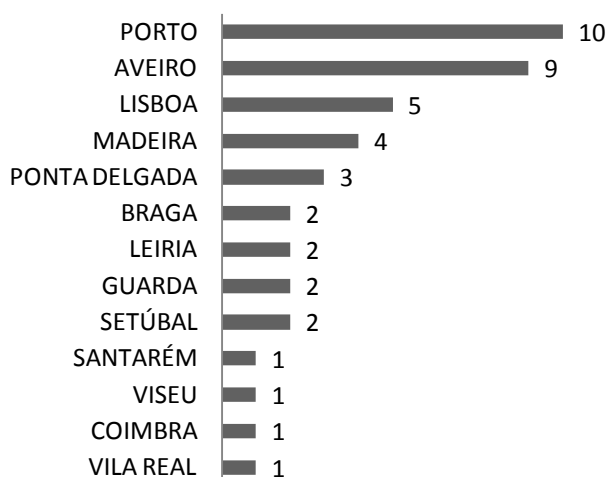


Gráfico 31 - Número de equipas de Futebol 11 inscritas por distrito, na época de 2010/2011.

No Futebol 7 estiveram em competição 19 equipas Seniores, que evoluíram nos campos de quatro Associações Distritais: Leiria (8), Beja (5), Portalegre (5) e Santarém (1) (Gráfico 32).

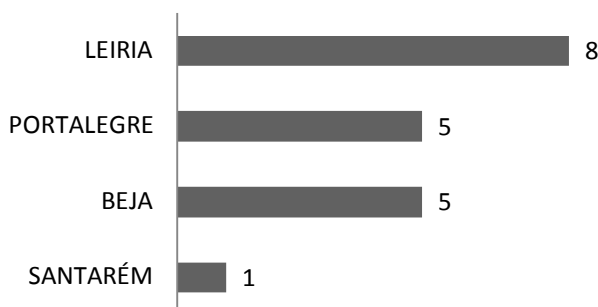


Gráfico 32 - Número de equipas Seniores de Futebol 7 inscritas por distrito, na época de 2010/2011.

As equipas Juniores de Futebol 7 foram 12 e desfilaram apenas nos campos das Associações da Guarda (6), Aveiro (4) e Ponta Delgada (2). A Associação Distrital de Braga também organizou um Campeonato Extraordinário de Futebol 7 Sub-18, com 8 equipas participantes (Gráfico 33).

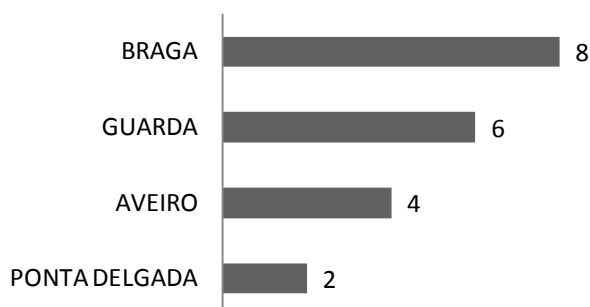


Gráfico 33 - Número de equipas Juniores de Futebol 7 inscritas por distrito, na época de 2010/2011.

Isto perfaz uma totalidade de 39 equipas para o Futebol 7, entre Juniores e Seniores.

Resumindo, verifica-se que o Futsal foi a modalidade que mais equipas inscreveu, tanto ao nível do escalão Sénior (223) como do escalão Júnior (52). Seguiu-se o Futebol 11 com 43, e por fim, o Futebol 7 com 39, obtendo-se um total global de 357 equipas femininas. Para este número, o distrito que mais contribuiu foi Lisboa, com 49, seguido de Leiria, com 48 equipas. No entanto, Leiria teve equipas das 3 modalidades, enquanto Lisboa só de Futsal e Futebol 11. Os distritos que menos equipas inscreveram foram a Madeira e Castelo Branco, apenas com 4 equipas cada.

7.4 RECURSOS FINANCEIROS DA FPF

A análise dos recursos financeiros da FPF consiste na observação dos relatórios e contas de 2006/2007 e 2010/2011. Os proveitos e custos totais da FPF nas épocas em análise foram de 40.208.389,29€ e 41.859.469,15€, respetivamente. Em termos das demonstrações financeiras, na época 2010/2011 verificou-se, pela primeira vez, um resultado operacional positivo de 1.270.444,87€ (Quadro 18).

Quadro 18 – Demonstrações de Resultados épocas 2006/2007 e 2010/2011

	2006/2007	2010/2011
Resultados Operacionais	-453.680,35 €	1.270.444,87 €
Resultados Financeiros	592.523,37 €	922.718,94 €
Resultados Correntes	138.843,02 €	2.193.163,81 €
Resultados Líquidos do Exercício	321.580,20 €	3.365.743,79 €

Fonte: Relatório e Contas da FPF de 2006/2007 e 2010/2011

Os subsídios à exploração foram sensivelmente idênticos para as duas épocas em causa, cerca de seis milhões de euros. Grande parte do financiamento atribuído por parte do Estado, em 2006/2007, foi destinado à prática e desenvolvimento desportivo (40,4%) e às deslocações às Regiões Autónomas (39,6%). No entanto, na época de 2010/2011 mais de metade do financiamento (57,7%) destinou-se às deslocações às Regiões Autónomas (Quadro 19).

Quadro 19 – Subsídios à Exploração (épocas 2006/2007 e 2010/2011)

	2006/2007	2010/2011
TOTAL	6.373.366,53 €	6.071.740,26 €
Estado (IDP)	4.821.676,18 €	2.504.925,68 €
Prática e Desenvolvimento Desportivo	1.949.999,97 €	110.641,71 €
Alta Competição	687.499,95 €	328.189,29 €
Subsídio COP	436.703,00 €	:
Enquadramento Técnico	:	25.996,43 €
Formação	:	25.000,00 €
Eventos Internacionais	:	175.548,58 €
Deslocações às Regiões Autónomas	1.910.505,96 €	1.444.549,67 €
Projeto Mini-campos	:	395.000,00 €
Entidades Desportivas	1.551.690,35 €	3.541.814,58 €
UEFA	1.170.187,97 €	2.600.282,37 €
FIFA	381.502,38 €	541.532,21 €
LPPF	:	400.000,00 €
Subsídios Entidades Não Desportivas	:	25.000,00 €

Fonte: Relatório e Contas da FPF de 2006/2007 e 2010/2011

Quanto aos custos suportados pela FPF na organização das atividades relacionadas com o Futebol e Futsal, estes distribuíram-se pelos seguintes itens:

- Campeonatos regulares;
- Competições regulares de seleções;
- Competições não regulares de seleções.

Quadro 20 – Custos suportados pela FPF na organização de atividades desportivas

	2006/2007				2010/2011			
	Futebol		Futsal		Futebol		Futsal	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Competições nacionais regulares	5.826.308,75 €	116.522,85 €	355.709,01 €	1.553,22 €	8.047.947,50 €	232.508,18 €	991.971,57 €	29.212,07 €
Seniores	4.226.522,75 €	116.522,85 €	336.646,71 €	1.553,22 €	6.410.900,59 €	232.508,18 €	943.589,15 €	29.212,07 €
Juniors	1.599.786,00 €	:	19.062,30 €	:	1.637.046,91 €	:	48.382,42 €	:
Competições regulares de seleções	11.636.721,84 €	274.238,05 €	0,00 €	0,00 €	9.910.671,42 €	172.078,27 €	114.671,15 €	0,00 €
Seniores	11.382.677,65 €	154.278,23 €	:	:	9.450.042,66 €	90.866,70 €	114.671,15 €	:
Juniors	254.044,19 €	119.959,82 €	:	:	460.628,76 €	81.211,57 €	:	:
Competições não regulares de seleções	1.641.077,71 €	216.399,10 €	296.691,84 €	0,00 €	2.343.655,31 €	319.950,17 €	259.754,18 €	30.644,19 €
Seniores	834.973,63 €	162.526,05 €	296.691,84 €	:	1.538.949,21 €	203.120,49 €	259.754,18 €	30.644,19 €
Juniors	806.104,08 €	53.873,05 €	:	:	804.706,10 €	116.829,68 €	:	:
Sub-total	19.104.108,30 €	607.160,00 €	652.400,85 €	1.553,22 €	20.302.274,23 €	724.536,62 €	1.366.396,90 €	59.856,26 €
Total	19.711.268,30 €	607.160,00 €	653.954,07 €	1.553,22 €	21.026.810,85 €	724.536,62 €	1.426.253,16 €	59.856,26 €

Fonte: Relatório e Contas da FPF de 2006/2007 e 2010/2011

No que concerne aos custos com as competições nacionais regulares, os gastos são maioritariamente efetuados com o futebol, quer masculino, quer feminino. A discrepância é igualmente patente nos custos da FPF com a organização das competições do setor feminino



quando comparado com o setor masculino. Os custos da FPF com as competições nacionais regulares masculinas têm um peso de 97%, já as femininas representam uns meros 3% no relatório e contas de 2006/2007. Os dados que constam no relatório e conta de 2010/2011 são semelhantes, em que as competições nacionais regulares masculinas e femininas representam 96,5% e 3,5%, respetivamente. Esta situação deve-se ao facto de ainda não existir um campeonato nacional de futsal feminino, havendo apenas a Taça nacional, na qual competem as equipas vencedoras dos respetivos campeonatos distritais.

Relativamente às competições regulares de seleções, a disparidade entre o masculino e feminino mantém-se. No futebol feminino a diferença de gastos entre a seleção sénior e júnior é diminuta, em comparação com o que se verifica no futebol masculino. No futsal, o facto de não existirem competições regulares internacionais femininas faz com que a federação não tenha qualquer investimento nestas provas. Em 2006/2007 a seleção nacional A masculina de futsal não participou em nenhum campeonato internacional, não tendo a FPF de realizar qualquer despesa na organização desta atividade.

Por fim, na época 2006/2007 os custos com as competições não regulares de seleções de futebol foram de 1.641.077,71€ e de 216.399,1€ para as seleções masculinas e femininas, registando-se uma diferença ainda maior em 2010/2011 entre seleções femininas e masculinas. Em relação ao futsal, a seleção nacional A feminina voltou a participar numa competição não regular. Já as despesas da FPF com as competições não regulares da seleção nacional masculina representam 13,8% e 8,8% do total de despesas com esta atividade nas épocas 2006/2007 e 2009/2010, respetivamente.

Analisando os totais de custos suportados pela FPF, podemos afirmar que a FPF tem vindo a incrementar as suas despesas com o futsal, uma vez que foi nesta modalidade que se registaram as maiores variações, de 109,4% e 3753,7% para o futsal masculino e feminino, respetivamente.

7.5 FATORES CULTURAIS

A Associação Portuguesa de Mulheres e Desporto (APMD), entre Abril de 2010 e Setembro de 2012, realizou um projeto de desenvolvimento desportivo, O Jogo das Raparigas,

que visa aumentar a participação das raparigas e mulheres no futebol e futsal. No capítulo 9 serão desenvolvidos os objetivos e o âmbito do projeto. Agora, importa realçar que durante a época de 2010/2011, os dinamizadores do projeto O Jogo das Raparigas deslocaram-se a todas as equipas femininas federadas de futebol e futsal com o objetivo de diagnosticar as condições de prática e os entraves que as raparigas enfrentam para praticar estas modalidades.

O diagnóstico foi feito através da análise dos seguintes aspetos:

▪ **Barreiras Culturais:**

→ Acesso à modalidade

1. Início da Prática:

- A iniciação desportiva ocorreu através da prática informal na rua com os amigos. Posteriormente, quando lhes foi dada a possibilidade, iniciaram a prática federada nos clubes das suas cidades.

2. Suporte Familiar/Antecedentes Familiares:

- Neste ponto as opiniões divergem pouco. No geral, as atletas afirmaram terem pouco apoio por parte dos familiares, principalmente dos pais. O pouco apoio sentido ocorre, principalmente, com as jogadoras mais velhas;
- Muitas vezes os irmãos das atletas têm todo o apoio dos pais para jogar futebol, enquanto que elas são censuradas por jogar.

3. Experiência Escolar:

- A maior parte das atletas pertenceu ou pertence a equipas do Desporto Escolar.

4. Oferta desportiva:

- As situações são distintas, há clubes que são únicos nos arredores próximos, mas existem outros casos em que há clubes com futebol e futsal perto do local de residência. Também há casos em que o clube mais próximo de Futebol ou de Futsal se situa a, sensivelmente, 20km, ou então não existe nenhuma alternativa do mesmo nível competitivo relativamente perto;
- No que se refere ao Futebol 11, a oferta desportiva é bastante mais reduzida, uma vez que apenas existem duas divisões nacionais.

→ Condições de prática

1. Localização da Oferta Desportiva:

- Em termos genéricos, as atletas não têm de percorrer muitos quilómetros para jogar futebol ou futsal. Porém, apesar de terem uma baixa representatividade, existe quem tenha de se deslocar de outras localidades para estarem presentes nos treinos e jogos.
2. Horário dos treinos:
- Quase todas as equipas afirmam que o horário dos treinos é adequado e conjugável com o quotidiano.
3. Apoio médico:
- O apoio médico disponibilizado pelos clubes às equipas femininas nem sempre é o mais adequado;
 - O mais comum é não existir nenhuma pessoa acreditada que acompanhe as equipas quer nos treinos, quer nos jogos. Ainda assim, existem clubes que dispõem de um fisioterapeuta que faz os tratamentos em caso de necessidade. Existem outros clubes que têm fisioterapeutas ou massagistas, mas a prioridade é para acompanhar os jogos das equipas masculinas do clube.
4. Materiais e Condições de Treino:
- Em termos genéricos, os materiais e as condições de treino são boas. No entanto, há equipas femininas que se mostram insatisfeitas, uma vez que outras equipas do clube têm materiais novos, enquanto que estas utilizam os mesmos de épocas anteriores.
5. Contrapartidas:
- As atletas afirmam não receber nenhuma contrapartida monetária;
 - Em termos de contrapartidas oferecidas pelos clubes, a que mais se verificou foi a disponibilização de transporte para as atletas que necessitem ou que residem relativamente longe do local dos treinos e jogos;
 - Ocorrem situações em que são as atletas que pagam uma mensalidade, de forma a reduzir os encargos do clube com a equipa, verificando-se principalmente nas equipas juniores de futsal;
 - Existem equipas onde o cenário é ainda mais preocupante, sendo as jogadoras que compram os equipamentos de jogo.

▪ **Invisibilidade**

1. Comunicação Social:

- A visibilidade das equipas femininas nos órgãos de comunicação social é bastante diminuta;
- Os jornais da região são o meio de comunicação que ainda publica algumas notícias sobre futebol e futsal feminino, tendo estas dimensões reduzidas face às das equipas masculinas.

2. Patrocinadores:

- Foram inúmeras as equipas que afirmaram que os apoios para o futebol e futsal feminino são difíceis de angariar, Principalmente devido ao estado económico do país;
- Outras situações excecionais também se verificam, em que as jogadoras conseguem arranjar patrocínios para a equipa e estes fundos angariados passam a ser do clube e só parte é que é averbado à equipa feminina.

3. Alteração de Imagem/Divulgação:

- Existem muitas equipas no distrito que têm blogs, de forma a dar a conhecer a equipa e as suas atividades.

▪ **Estereótipos**

1. Imagem da praticante feminina:

- As jogadoras consideram que a maior parte das pessoas as vêem como “maria rapaz”, tendo essa imagem vindo a modificar-se aos poucos, pelo menos aos olhos do público feminino;
- A quase totalidade das equipas afirmou que o facto da imagem da jogadora ser de alguém pouco feminino, dificulta a inclusão de novas praticantes, que poderão ter medo das opiniões de terceiros.

Neste contexto adverso, as atletas afirmaram que os pilares fundamentais para a evolução sustentada do futebol e futsal feminino são:

- Aumento do número de participantes;
- Mudança de mentalidades (família, amigos, escola, sociedade);
- Maior ligação entre o Desporto Escolar e as equipas federadas;

- Iniciação da prática em idades precoces e de forma continuada;
- Mais e melhores treinadores(as);
- Apoios financeiros e humanos que permitam melhores condições de trabalho;
- Prática federada sem custos para as atletas;
- Transportes assegurados, sobretudo para as jogadoras mais jovens e para aquelas que têm de percorrer muitos quilómetros para ir treinar e jogar;
- Maior visibilidade.

7.6 ATIVIDADES

A Federação Portuguesa de Futebol organiza e coordena 15 Campeonatos Nacionais, dos quais 2 são femininos, e 3 Taças Nacionais, em que uma é a de futsal sénior feminino. No feminino, para além dos Campeonatos nacionais, a FPF também é responsável pela organização da Taça de Portugal, não organizando nenhuma competição feminina nos escalões juniores.

As ADF estão encarregues da organização dos campeonatos, taça e supertaça distritais, sendo que apenas organizam competições femininas de futebol 7 e futsal. No futebol 7 sénior decorreram Campeonatos distritais nas Associações de Leiria, Beja, Portalegre, enquanto no escalão júnior realizou-se campeonato nas Associações da Guarda, Aveiro e Ponta Delgada. A Associação Distrital de Braga também organizou um Campeonato Extraordinário de futebol 7 Sub-18.

No futsal sénior feminino realizaram-se Campeonatos Distritais em quase todas as Associações, apenas em Beja, Madeira e Portalegre não se organizaram campeonatos de futsal. No escalão júnior 7 as associações que organizaram os respetivos campeonatos foram: Lisboa, Algarve, Porto, Leiria, Setúbal, Aveiro e Angra do Heroísmo.

8. NÍVEL DESPORTIVO

O conceito de nível desportivo traduz o objetivo máximo de toda a política desportiva, sendo este substituído pela expressão de desenvolvimento desportivo. O nível desportivo é um índice que nos possibilita ter uma visão global do desporto, através da relação expressa pela razão entre o número de praticantes de base e o número de praticantes de elite (Castejon Paz, 1979, citado por Pires, 2007, pp. 236). Aqui importa definir os praticantes reais mas também os valores ideais, ou seja, o nível desportivo permite a comparação de uma dada situação com a situação ideal.

Assim, para a determinação do nível desportivo serão necessários quatro elementos:

1. Número de praticantes de base reais;
2. Número de praticantes de base ideais;
3. Elite real;
4. Elite ideal.

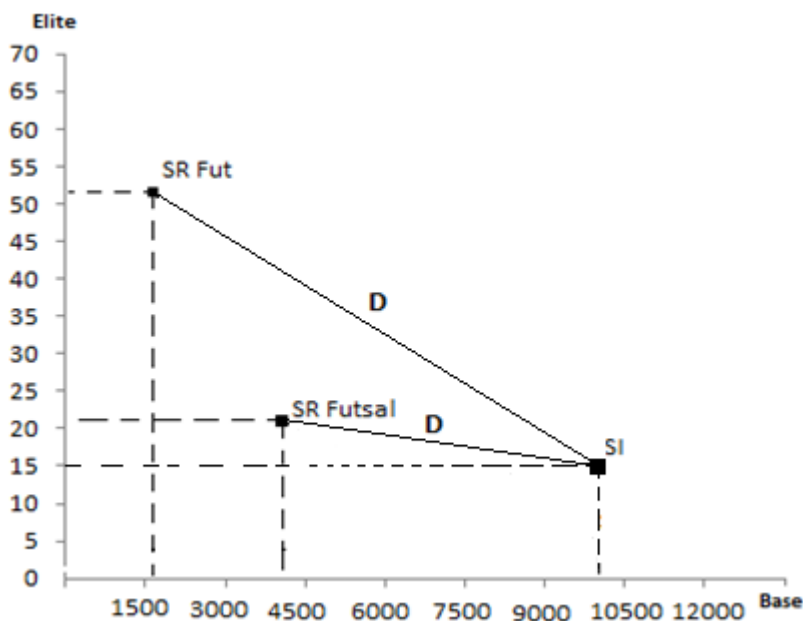
Para o presente trabalho foi assumido como nível ideal, por convenção, o rácio de 15/10000, o que significa 15 atletas de elite para 10.000 atletas de base. Para o cálculo do número de atletas de elite, definimos como critério as atletas elegíveis para a seleção portuguesa. Não há hipótese de optar pelo critério "alta competição", em virtude do futebol e futsal feminino não serem considerados, ainda, desportos com este estatuto. No futsal, chegamos a um número próximo das 30 (comunicação pessoal do selecionador nacional de futsal feminino). No entanto, este número encurta no que se refere a atletas que de facto foram internacionais nos últimos anos, cerca de 21 atletas. Com base no critério assumido, identificámos 21 praticantes de elite real na modalidade de futsal feminino. Em termos de atletas de base sem qualquer internacionalização, na época 2010/2011, tínhamos 4.038 praticantes de base reais.

No futebol feminino, o número de atletas elegíveis é superior, na medida em que existem duas seleções de futebol feminino, a seleção A e a seleção sub-19. Assim, foram cerca de 52 as atletas internacionais nos últimos dois anos. Para a época de 2010/2011, as praticantes de base reais, sem internacionalizações, foram 1.877 (Quadro 21).

Quadro 21 – Praticantes de Base e de Elite

Época 2010/2011					
	Total de praticantes por modalidade	Feminino			
		Base	Elite	Situação ideal	Situação real
Futebol	121.071	1.877	52	0,0015	0,0277
Futsal	28.606	4.038	21	0,0015	0,0052
Total	149.677	5.915	73	0,0015	0,0123

Apesar dos rácios quer no futebol, quer no futsal feminino serem superiores ao da situação ideal, verifica-se uma enorme escassez de praticantes de base, o que faz com que a distância que separa a situação real e a situação ideal seja muito grande (Gráfico 34).



LEGENDA: D – DISTÂNCIA; SR FUT – SITUAÇÃO REAL FUTEBOL FEMININO; SR FUTSAL – SITUAÇÃO REAL FUTSAL; SI – SITUAÇÃO IDEAL.

Gráfico 34 – Nível desportivo – distância.

9. DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL E FUTSAL FEMININO

A determinação do modelo de desenvolvimento do futebol e futsal feminino é extremamente importante. Para tal, começaremos por utilizar o modelo de decisão estratégica SWOT, equacionando as forças e as fraquezas das modalidades em análise e as oportunidades e ameaças externas com que se confronta a FPF.

Do ponto de vista interno, podemos identificar:

- Forças
 - No futebol, a popularidade e visibilidade internacional;
 - O crescente número de atletas;
 - Recente eleição de uma diretora da FPF especificamente para o futebol feminino.
- Fraquezas
 - As barreiras culturais;
 - A inexistência de calendário competitivo internacional de futsal feminino e consequente reduzida atividade da seleção nacional;
 - Ausência de resultados internacionais de relevo no futebol feminino português;
 - Muito poucas atletas nos escalões de formação;
 - Diminuta exposição/visibilidade do futebol e futsal feminino;
 - Reduzido número de espetadores;
 - Falta de reconhecimento das atletas.

Do ponto de vista externo, identificamos os seguintes aspetos:

- Oportunidades
 - A massificação da prática de futsal feminino no DE;
 - Recente inclusão do futsal nos conteúdos programáticos da escola;
 - Grande apetência da atleta portuguesa para a prática de futebol e futsal;
 - Aumento da publicação de notícias relativas ao futebol feminino;
 - Edição e distribuição do ABC do MINIFUT (modelo de iniciação na escola) aos professores de Educação Física do 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Ameaças

- Inexistência de um projeto sustentado;
- Dificuldades financeiras;
- Pouca importância dada pelos principais canais televisivos e pela imprensa em geral.

De acordo com os fatores internos e externos apresentados, identificamos como vantagens competitivas do futebol e do futsal:

- O superior número de atletas seniores inscritas na FPF relativamente ao total de atletas seniores inscritas nas federações das principais modalidades coletivas (basquetebol, andebol e voleibol);
- O futsal ser a segunda modalidade com mais raparigas inscritas no DE, cerca de 8.500;
- A espetacularidade do jogo;
- A existência de um número excelente de instalações para a prática de futsal em quase todas as escolas do país (pavilhões).

Após a determinação das vantagens competitivas é importante estabelecer os objetivos estratégicos da FPF para a prática feminina do futebol e futsal. A FPF, em conjunto com as Associações Distritais, deve de assumir a promoção da participação ativa de raparigas e mulheres no futebol e no futsal, e a implementação de um programa estruturado e com medidas muito concretas, em função destes objetivos:

- Promover e desenvolver, de forma sustentada, a prática feminina do futebol/futsal em todos os distritos do país;
- Promover o aumento significativo das praticantes nos clubes, principalmente, nos escalões mais jovens;
- Estimular e monitorizar o desenvolvimento técnico das jogadoras, garantindo as condições necessárias para o desenvolvimento da excelência desportiva nos vários escalões competitivos;
- Adotar um programa de apoio financeiro aos clubes com projetos desportivos nos escalões femininos, e incrementar competições para todos os escalões, de forma continuada e adequada ao nível competitivo;

- Promover a visibilidade mediática das equipas femininas e encorajar os órgãos de comunicação social a retratar de forma digna e significativa a participação competitiva de raparigas e mulheres no futebol e no futsal;
- Criar condições para o aumento do número de mulheres envolvidas no futebol/futsal, como treinadoras, árbitras ou dirigentes, e cuidar da sua formação continuada.

9.1 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO PARA O FUTEBOL E FUTSAL FEMININO

A massificação do futebol e futsal feminino ainda não foi feita, surgindo assim a necessidade de garantir o desenvolvimento destas modalidades. A inexistência de escalões de formação no futebol e futsal feminino faz com que as jogadoras iniciem tardiamente a prática destas modalidades. Tal verifica-se com o facto do total das atletas seniores inscritas na FPF ser superior ao total de atletas seniores inscritas nas federações das principais modalidades coletivas (basquetebol, andebol e voleibol). De acordo com isto, e garantindo a prática em idades mais precoces e de forma continuada, a FPF deve apostar numa política desportiva de base, aproveitando o potencial do Desporto Escolar.

Para a implementação de uma política de base terão de ser tomadas diversas medidas, que deverão incidir na iniciação e formação feminina do futebol e futsal, e obter a massificação da prática.

9.1.1. PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A INICIAÇÃO E FORMAÇÃO

As propostas que aqui serão apresentadas resultam das iniciativas do projeto O Jogo das Raparigas. Este projeto é implementado e desenvolvido pela APMD em todo o território de Portugal Continental. O Jogo das Raparigas foi iniciado em Abril de 2010, decorreu até Setembro de 2012 e dada a sua pertinência e qualidade, obteve financiamento comunitário do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH/QREN). As razões que levaram à existência deste projeto foram o colossal desequilíbrio entre a prática feminina (4,2%) e masculina (95,8%) de

futebol e futsal federado, a desigualdade de recursos humanos, financeiros, materiais e, por isso, o não reconhecimento, e a invisibilidade na comunicação social.

Tal como já foi referido anteriormente, O Jogo das Raparigas tem como objetivo principal contribuir para o aumento da participação das raparigas e mulheres no futebol/futsal através de três eixos complementares de intervenção:

1. O combate à invisibilidade, às barreiras culturais e aos estereótipos, através de uma campanha centrada na apropriação e na prática deste desporto pelas raparigas, procurando influenciar positivamente as jovens adolescentes mas sobretudo as suas famílias, os órgãos de comunicação social e agentes desportivos, nomeadamente do futebol/futsal;
2. O empoderamento das raparigas e mulheres, numa perspetiva de consciencialização dos seus direitos, promovendo oportunidades de participação, de organização e de desenvolvimento das suas competências de liderança, bem como o aumento da prática desportiva;
3. A sensibilização de públicos estratégicos: dirigentes de clubes, de associações distritais de futebol, de eleitas/os do poder local, para a necessidade de promover medidas e programas específicos que apliquem o princípio da igualdade e da não discriminação; o projeto é também dirigido às escolas e docentes de Educação Física, para a necessidade de apoiar as jovens alunas na aprendizagem e prática continuada do futebol/ futsal.

Assim, as propostas e medidas de desenvolvimento para a iniciação e formação feminina no futebol e futsal refletem o resultado das ações de sensibilização realizadas em todas as equipas femininas federadas, das atividades de campanha e dos debates realizados nos Encontros Locais, Regionais e Internacional do projeto O Jogo das Raparigas. Devido à sua diversidade e especificidade, foi necessário consensualizar algumas das propostas apresentadas, o que aconteceu na reunião nacional convocada para esse efeito, realizada em Julho de 2011. No Seminário Internacional O Jogo das Raparigas, realizado no início de Outubro de 2011, as propostas apresentadas, algumas com maior detalhe, as quais conjuntamente com a Posição Pública aí sufragada, constituem o corpo de um conjunto alargado de temas, com objetivos e medidas concretas conducentes ao necessário desenvolvimento sustentado das

equipas femininas, no princípio da efetivação do direito à igualdade das raparigas e mulheres no futebol e no futsal.

Tendo em conta a realidade anteriormente apresentada da iniciação e formação feminina no futebol e futsal, é necessário um conjunto de medidas e ações específicas a implementar de forma coordenada, na tentativa de transformar esta realidade que subsiste há mais de 30 anos. A responsabilidade pela atual situação é atribuída: aos órgãos diretivos e aos grupos disciplinares dos estabelecimentos de ensino; às Direções Regionais de Educação; à estrutura nacional, regional/local do Desporto Escolar; às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia; às Associações Distritais de Futebol e à Federação Portuguesa de Futebol.

Na tentativa de se obter propostas concretas, torna-se necessário apresentar medidas para diferentes contextos de prática:

1. Prática desportiva na ESCOLA

Para a maioria das raparigas, a escola constitui a única oportunidade de prática desportiva organizada. Compete à Escola a efetivação do princípio constitucional do direito à Educação Física e Desporto de crianças e jovens, raparigas e rapazes, com condições materiais e financeiras adequadas, e com o correto enquadramento pedagógico das atividades e programas de ensino.

No âmbito da Educação Física no 1º ciclo do ensino básico:

- Garantir às raparigas, de forma significativa, as aprendizagens motoras, nomeadamente, as perícias e manipulação da bola com os pés, e o domínio básico das habilidades próprias do jogo futebol/futsal;

No âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC):

- Garantir às raparigas a prática regular de jogos Pré-desportivos e Futebol/Futsal através da constituição obrigatória de equipas mistas.

No âmbito da Educação Física do 2º e 3º ciclos do ensino básico, e do ensino secundário:

- Garantir as práticas pedagógicas de co-educação nas aulas de Educação Física, e nas atividades competitivas e torneios organizados pelas escolas,

promovendo a participação de equipas femininas e de equipas mistas nos escalões etários mais baixos;

No âmbito das atividades (internas e externas) do Desporto Escolar:

- Garantir o aumento do número de alunas inscritas e o aumento do número de equipas femininas de Futebol/Futsal em quadros competitivos, organizados de acordo com as orientações e conceções pedagógicas, com o objetivo de atingir, no prazo de 3 anos, uma taxa de feminização de 40% no Futebol/Futsal;
- Garantir a obrigatoriedade de equipas mistas nos escalões Infantil (A e B) e Iniciado, acionando a alteração do regulamento de provas.

2. Prática desportiva de base/local

É da competência das autarquias locais o desenvolvimento da prática desportiva, em colaboração com as escolas e os clubes. Esta colaboração deverá ser potenciada pela intervenção coordenada de atividades que promovam o aumento e a regularidade da prática desportiva das raparigas e mulheres, através da distribuição equitativa de recursos materiais e humanos e, sobretudo, o acesso em igualdade às instalações desportivas de uso público.

- Promover a realização de convívios e encontros competitivos entre equipas femininas das escolas e dos clubes, de forma regular e sistemática;
- Incluir quadros competitivos, ainda que simplificados, nos torneios locais e/ou inter-concelhios, dirigidos às equipas femininas, com carácter comemorativo, pontual ou mais regular;
- Promover a realização de convívios competitivos concelhios e regionais em regime de concentração, com a finalidade de fomentar de forma festiva a prática do Futebol/Futsal entre as jovens raparigas.

3. Prática desportiva federada

Cabe às estruturas que enquadram o futebol, as Associações Distritais e à Federação Portuguesa de Futebol, a implementação e acompanhamento das medidas conducentes à

promoção da prática dirigida às crianças e às raparigas nos clubes filiados, com o objetivo de, até 2015, aumentar o número de jovens praticantes inscritas para 10.000:

- Implementar um programa de promoção e de apoio dirigido aos clubes sem equipas femininas com a finalidade de criação de equipas nos escalões de formação, com espaços de acolhimento específicos para as jovens praticantes, de modo a aumentar o número de clubes filiados com equipas femininas, de 15% para 30%, até 2015;
- Criar as condições de apoio aos clubes com equipas femininas nos escalões sénior e/ou júnior para o desenvolvimento de projetos desportivos, credíveis e sustentados, de promoção da prática desportiva regular e organizada dirigida às raparigas mais jovens, com o objetivo de criação de, no mínimo, 100 novas equipas femininas nos escalões de formação;
- Estabelecer, progressivamente, as metas e as condições de participação nas competições nacionais do escalão sénior, pela criação nos clubes de equipas de formação.

4. Quadros Competitivos

O desenvolvimento Futebol/Futsal deve ser realizado de forma harmoniosa e integrada, contribuindo para a inserção social e a coesão nacional, com a finalidade de reduzir as assimetrias regionais, corrigindo os desequilíbrios originados pela distância ou decréscimo populacional, e garantindo a participação das praticantes e clubes nos quadros competitivos de âmbito regional e nacional.

A necessária adequação dos quadros competitivos no futebol e no futsal tem como objetivos o aumento da competitividade entre as equipas, o estabelecimento de quadros competitivos com duração significativa, o aumento do nível competitivo entre as melhores equipas, e a disputa e atribuição de títulos nacionais idêntica aos das equipas masculinas.

Assim, para o escalão júnior propomos as seguintes medidas:

- Futebol
 - Generalizar, até 2015, a realização de Campeonatos Distritais de Futebol 7 em todos os distritos do país;

- Implementar, de forma imediata, a realização de Campeonatos Distritais de Futebol 7, com calendarização adequada e adaptada à realidade de cada distrito, possibilitando a complementaridade das competições do escalão sénior;
 - Criar a Taça Nacional de Futebol 7, na época 2012/2013;
 - Criar competições Inter-Distritais de Futebol 7, complementares aos Campeonatos Distritais com número reduzido de equipas;
- Futsal
- Generalizar, até 2015, a realização de Campeonatos Distritais em todos os distritos do país;
 - Implementar de forma imediata a realização de Taças Distritais nos distritos em que se já disputam Campeonatos Distritais;
 - Criar a Taça Nacional.

5. Custos com a competição federada de equipas femininas

Os encargos financeiros com a competição federada das equipas têm vindo a onerar a grande maioria dos clubes e das famílias, no limite das suas capacidades, e a constituir um importante obstáculo ao crescimento do número das equipas femininas.

É indispensável que os recursos gerados pela FPF e Associações Distritais sejam aplicados de forma equitativa no desenvolvimento da prática de raparigas e mulheres, através da diminuição dos custos associados à participação nas competições federadas, e também pelo aumento dos apoios específicos aos clubes para suportarem a participação das equipas femininas.

Neste contexto, os encargos que as equipas femininas têm e que deverão ser reduzidos são:

- Encargos com policiamento
- Generalizar em todos os Distritos, e de acordo com o Decreto-lei 238/92 de 29 de Outubro, a figura de «responsável pela segurança» nas competições distritais;
 - Promover a alteração do n.º 2 do artigo 7º (Número de efetivos) com redução significativa, e real, do número de efetivos para competições entre equipas femininas.

- Encargos com a inscrição/revalidação de equipas, jogadoras e outros agentes
 - Limitar os valores praticados pelas Associações Distritais de Futebol, devidos para a inscrição das equipas femininas, jogadoras, provas, seguro desportivo, 1ª inscrição e/ou renovação.

- Encargos com a atividade competitiva
 - Limitar os valores praticados pelas Associações Distritais de Futebol, devidos pelas taxas de jogo e de arbitragem (futsal);
 - Apoiar financeiramente as deslocações e as despesas inerentes à organização do jogo.

9.2 MINIFUT – MODELO DE INICIAÇÃO NAS ESCOLAS

O MINIFUT é uma atividade proposta pela APMD, em conjunto com a FPF, de iniciação ao futebol e futsal nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. O objetivo do convívio desportivo MINIFUT é proporcionar às crianças, de ambos os sexos, integradas nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) do 1º Ciclo do Ensino Básico, uma experiência competitiva adaptada de futsal e futebol. O “Dia MINIFUT” promove a igualdade e a plena participação de todas as crianças através do apoio à prática mista de futebol e futsal.

O “Dia MINIFUT” distingue-se de outros convívios desportivos devido ao seu caráter não eliminatório e não seletivo, ou seja, as equipas são constituídas a partir do núcleo turma, com o mesmo número de rapazes e raparigas e com o máximo de 10 crianças e o mínimo de 6. Por forma a não ocorrer uma seleção, cada turma poderá formar mais do que uma equipa, devendo estas ser acompanhadas pelo docente responsável.

Neste contexto, os objetivos pedagógicos do MINIFUT são:

- Divulgar e promover o programa das atividades desportivas, em particular, do futebol;
- Cumprir as regras e o objetivo do jogo, em cooperação com os companheiros;
- Promover o convívio entre os alunos das várias escolas;
- Realizar as habilidades básicas do futebol/futsal;



DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO
A SITUAÇÃO E O NÍVEL DESPORTIVO DO FUTEBOL E
FUTSAL FEMININO EM PORTUGAL

MARIA MORAIS MARTINS



- Promover uma participação igualitária entre rapazes e raparigas;
- Cativar as raparigas para a prática do futebol e futsal.

O “Dia MINIFUT” é concebido de acordo com os objetivos educativos, que definem as grandes linhas a que a Educação Física deve responder e são formulados para serem atingidos no longo prazo. Neste contexto, fazemos propostas para o desenvolvimento das capacidades motoras e para a melhoria da realização das habilidades motoras dos membros inferiores.

Nas aulas de Atividade Física e Desportiva os alunos serão familiarizados com algumas atividades de coordenação óculo-pedal, com vista à participação no “Dia MINIFUT”. Propomos a organização das atividades, com base na exemplificação de 6 sessões que deverão anteceder o “Dia MINIFUT” e decorrer durante duas ou três semanas.

As atividades do “Dia MINIFUT” decorrerão em regime de estações. Assim, no “Dia MINIFUT” para além da estação de cânticos de claques, os(as) alunos(as) irão realizar alguns exercícios de manipulação da bola com os pés.

10. CONCLUSÕES

A análise da situação desportiva da prática feminina de futebol e futsal permite-nos concluir que a FPF não tem um plano estratégico de desenvolvimento para estas modalidades. Os principais resultados dessa análise foram os seguintes:

1. Dados relativos à prática federada e do Desporto Escolar

→ Prática federada

- Em 2010, estavam inscritas/os na FPF 148.106 praticantes, em que 6.160 eram mulheres, correspondendo a uma taxa de feminização de apenas **4,2%**;
- A desagregação do número de praticantes por escalão competitivo Até Júnior (formação) e Júnior+Sénior (especialização) comprova uma brutal disparidade entre o número de raparigas (**655**) e de rapazes (92.417) nos escalões de formação que determina a ínfima taxa de feminização de **0,7%**. Nos escalões de especialização (Júnior+Sénior) o número de praticantes de sexo feminino é maior (5.505), aumentando a taxa de feminização para 10,0%;
- Apesar do Futebol, de entre as modalidades coletivas mais representativas, ter a maior disparidade entre praticantes homens e mulheres, o número de praticantes inscritas no Futebol nos escalões Júnior+Sénior (5.505) corresponde, de grosso modo, à soma destas praticantes nos 4 desportos coletivos (Voleibol, Andebol, Basquetebol e Rugby) onde as taxas de feminização são mais elevadas;
- Na última década (2001-2010), a taxa de feminização nos escalões Júnior+Sénior revela uma subida de 5,4%, em 2001, para 10,0% em 2010, já nos escalões Até Júnior a taxa manteve-se quase estagnada, variando entre os insignificantes **0,5%** e os **0,7%**;
- Ao nível do número de equipas femininas, em 2011, no Futebol e Futsal cerca de **85%** dos clubes (1.811) não enquadravam equipas femininas, e cerca de **70%** dos clubes (1.474), não inscreveu qualquer praticante do sexo feminino.

- No Futsal inscreveram-se 52 equipas no escalão júnior, contrastando com as 218 existentes no escalão sénior. No Futebol 11 a realidade é ainda mais dramática, na medida em que só existiu competição para equipas seniores, demonstrando uma evidente não aposta dos clubes na formação, ao nível feminino;
- Os vários indicadores estatísticos relativos à prática confirmam a existência de obstáculos à participação das raparigas no futebol/futsal, nomeadamente, nos escalões etários jovens.

→ Desporto Escolar

- O Futsal tem 25.727 inscrições de rapazes e **8.503** de raparigas. É sempre notória a superioridade do número de inscritas do Desporto Escolar face à FPF, ou não fosse a taxa de feminização das praticantes de Futsal no Desporto Escolar na ordem dos **24,8%**, seis vezes superior à média nacional federada (4,2%);
- Nos escalões Até Júnior (Infantil A e B), entre os 9 e 12 anos, tem **1.620** raparigas inscritas, e nos Júnior+Sénior (Iniciado, Juvenil e Júnior), isto é, entre os 13 e até aos 17 ou mais, são **6.883** raparigas;
- A escola constitui a única oportunidade de prática desportiva organizada, onde o acesso está mais facilitado, sobretudo para as idades mais precoces, podendo afirmar-se que a Escola é o principal motor do potencial desenvolvimento do futsal feminino em Portugal.

2. Investimento da FPF

- Entre as épocas 2006/2007 e 2010/2011, a FPF tem vindo a incrementar as suas despesas com o futsal, uma vez que foi nesta modalidade que se registaram as maiores variações, de 109,4% e 3753,7% para o futsal masculino e feminino, respetivamente;
- O investimento federativo no futebol e futsal feminino é manifestamente **insuficiente** e inferior quando comparado com a vertente masculina.

3. Fatores culturais que condicionam o acesso e a prática das raparigas de futebol e futsal

→ Barreiras Culturais

- As praticantes federadas afirmam que enfrentam algumas barreiras culturais tanto no acesso como nas condições de prática.

Muitas afirmam que os rapazes têm todo o apoio dos familiares para jogarem, enquanto elas são censuradas. A oferta desportiva de que as raparigas dispõem é **reduzida**, havendo casos em que o clube mais próximo se situa a, sensivelmente, 20km.

Ao nível das condições de prática, a disparidade entre o setor feminino e masculino é grande, pois continuam a ocorrer situações em que as equipas masculinas são privilegiadas, como é o caso do apoio médico e das contrapartidas dadas aos atletas.

→ Invisibilidade

- A opinião das jogadoras é consensual, os jornais da região são o meio de comunicação que mais publica notícias sobre futebol e futsal feminino, tendo estas dimensões reduzidas face às das equipas masculinas.

→ Estereótipos

- As jogadoras consideram que a maior parte das pessoas as vêem como “marias rapaz”, tendo essa imagem vindo a modificar-se aos poucos, pelo menos aos olhos do público feminino.

4. Nível desportivo

- Verifica-se uma enorme escassez de praticantes de base de futebol e futsal, o que faz com que a distância entre a situação real e a situação ideal seja **muito grande**.

5. Objetivos estratégicos

➔ Após a análise realizada da situação desportiva foram estabelecidos os objetivos estratégicos da FPF para a prática feminina do futebol e futsal, que passam por:

- Promover e desenvolver, de forma sustentada, a prática feminina do futebol/futsal em todos os distritos do país;
- Promover o aumento significativo das praticantes nos clubes, principalmente, nos escalões mais jovens;
- Estimular e monitorizar o desenvolvimento técnico das jogadoras, garantindo as condições necessárias para o desenvolvimento da excelência desportiva nos vários escalões competitivos;
- Adotar um programa de apoio financeiro aos clubes com projetos desportivos nos escalões femininos, e incrementar competições para todos os escalões, de forma continuada e adequada ao nível competitivo;
- Promover a visibilidade mediática das equipas femininas e encorajar os órgãos de comunicação social a retratar de forma digna e significativa a participação competitiva de raparigas e mulheres no futebol e no futsal;
- Criar condições para o aumento do número de mulheres envolvidas no futebol/futsal, como treinadoras, árbitras ou dirigentes, e cuidar da sua formação continuada.

6. Política de desenvolvimento desportivo

➔ A FPF, para garantir a prática em idades mais precoces e de forma continuada, deve apostar numa **política desportiva de base**, aproveitando o potencial do Desporto Escolar. A implementação desta política deve ter em conta diversas medidas, que deverão incidir na iniciação e formação feminina do futebol e futsal, e terão como finalidade a massificação da prática.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade, P. (2001). *A Federação Portuguesa de Ténis e o Desenvolvimento do Ténis em Portugal*. Dissertação apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa para a realização de provas de Mestrado em Gestão do desporto, Lisboa.

APMD, (2011). *O Jogo das Raparigas – Desenvolvimento das equipas femininas de Futebol e Futsal – Propostas*.

Burgess, R. G. (2001). *Pesquisa de Terreno. Uma introdução*, 2ª ed. Celta, Oeiras.

Carrilho, M. (2010). *A Situação Demográfica Recente em Portugal*. Instituto Nacional de Estatística.

Casares, R. (2005). *Aspectos relevantes na Iniciação ao Futsal*, retirado de http://futsaltop.dominiotemporario.com/doc/Aspectos_relevantes_na_iniciacao_do_futsal.pdf a 5 de Janeiro de 2012.

Coelho, O. (1985). *Actividade Física e Desportiva*. Horizonte de Cultura Física, Livros Horizonte.

Correia, A. (2000). *Estratégia das Federações Desportivas Portuguesas no Ciclo Olímpico de Sydney de 1993 a 1996*. Lisboa: Secretaria de Estado do Desporto.

Costa, D.C. (2004). *Desenvolvimento Estratégico no Desporto. O Futsal Feminino em Portugal*. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto para a realização de provas de Mestrado em Ciências do desporto na área de Especialização da Gestão Desportiva, Porto.

Cunha, L. (2003). *O Espaço, o Desporto e o Desenvolvimento*. Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa.



Federação Portuguesa de Futebol. *Estatutos. Federação Portuguesa de Futebol*, retirado de http://www.fpf.pt/portal/page/portal/PORTAL_FUTEBOL/REGULAMENTACAO/Tab/EstatutosRegulamentoEleitoralFPF.pdf a 1 de Setembro de 2012.

Federação Portuguesa de Futebol (2007). *Futsal em Portugal*, retirado de http://www.fpf.pt/portal/page/portal/PORTAL_FUTEBOL/COMPETICOES/FUTSAL/O%20Futsal%20em%20Portugal.pdf a 8 de Dezembro de 2009.

Federação Portuguesa de Futebol. *Relatório de Gestão e Contas. Época 2006/2007*, retirado de http://www.fpf.pt/portal/page/portal/PORTAL_FUTEBOL/FEDERACAO a 12 de Janeiro de 2011.

Federação Portuguesa de Futebol. *Relatório de Contas. Época 2010/2011*, retirado de http://www.fpf.pt/portal/page/portal/PORTAL_FUTEBOL/FEDERACAO a 1 de Setembro de 2012.

INE, IP. (2010). *Anuário Estatístico de Portugal 2010*. Instituto Nacional de Estatística, IP.

Magee, J., Caudwell, J., Liston, K. and Scraton, S. (2007). *Women, Football and Europe: Histories, Equity and Experience*, Volume 1. Meyer & Meyer, Aachen.

Marivoet, S. (2003). *Assimetrias na participação desportiva: os casos de Portugal e Espanha no contexto europeu*. Movimento (Porto Alegre), v. 9, n. 2, pp. 53-70.

Martins, P. (2004). *A Formação de Jovens Atletas em Futebol Integrados em Centro de Estágio: uma abordagem segundo a teoria dos sistemas ecológicos de Urie Bronfenbrenner*. Dissertação apresentada à Faculdade de Motricidade Humana da universidade Técnica de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em Treino de Jovem Atleta, Lisboa.

Pires, G. (2007). *Agôn – Gestão do Desporto- O jogo de Zeus*. Porto, Porto Editora.

Serrado, R. & Serra, P. (2010). *História do Futebol Português*, volume I. Prime Books.



DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO
A SITUAÇÃO E O NÍVEL DESPORTIVO DO FUTEBOL E
FUTSAL FEMININO EM PORTUGAL

MARIA MORAIS MARTINS



Serrado, R. & Serra, P. (2010). *História do Futebol Português*, volume II. Prime Books.

Silva, P. (2007). *A construção/estruturação do género na Educação Física*. Loures, Câmara Municipal de Loures.



DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO
A SITUAÇÃO E O NÍVEL DESPORTIVO DO FUTEBOL E
FUTSAL FEMININO EM PORTUGAL

MARIA MORAIS MARTINS



ANEXOS